



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A Diversificação da Economia em Angola

Otília de Moraes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Monetária e Financeira

Orientador

Prof. Dr. Sérgio Lagoa, Professor Auxiliar, ISCTE

Setembro de 2019



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A Diversificação da Economia em Angola

Otília de Morais

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Monetária e Financeira

Orientador

Prof. Dr. Sérgio Lagoa, Professor Auxiliar, ISCTE

Setembro de 2019

Dedicatória e referência a financiamentos

Dedico esta obra a os angolanos em geral e aos meus filhos em particular, Nicolle da Silva e César da Silva por serem a minha inspiração na contribuição para uma Angola que seja o reflexo de crescimento inclusivo e desenvolvimento.

Agradecimentos

Ao Banco nacional de Angola, por ter me ter proporcionado esta oportunidade única e por todo o apoio prestado durante a minha formação.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Sérgio Lagoa, por ter acreditado a abraçado e acreditado neste projeto.

A todos os Professores que me acompanharam durante este curso de Mestrado e que de qualquer forma contribuíram para a concretização deste trabalho.

Resumo

O objetivo deste trabalho é a análise das condicionantes à diversificação da economia angolana, tendo como suporte os seus indicadores mais relevantes, bem como que medidas e políticas serão necessárias para reverter favoravelmente tal realidade.

De acordo com os dados analisados, produzidos pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, podemos depreender que a economia angolana é bastante dependente de um único recurso (petróleo) que representa cerca de 96 % do total das exportações, revelando assim vulnerabilidade e fraca diversificação, tendo em conta a não aposta nos outros setores da economia, em particular a indústria, dando um forte indicador de *Dutch Disease*.

A crise económica e financeira que teve início em 2014, com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, comprometendo significativamente o crescimento e desenvolvimento económico, levando à necessidade de obtenção de novas fontes de receitas em moeda externa, bem como reduzir o volume de importações, assim sendo, a diversificação surge como solução para ultrapassar a crise e promoção do crescimento e desenvolvimento inclusivo para o país.

Para tal, será necessário implementar um conjunto de medidas, de entre as quais reformas estruturais nos vários sectores da atividade económica e financeira, como estabelecer taxas de juro atrativas, maior facilidade na obtenção de crédito bancário, incentivos do estado à produção, criar um ambiente de negócios favorável à atração de investimento estrangeiro, transparência a nível de gestão de fundos públicos, maturidade das instituições públicas, capacitação do capital humano, inovação tecnológica, criação de infraestruturas e aposta no desenvolvimento do sector não – petrolífero.

Palavras – chave

Diversificação, Doença Holandesa, Economia, Petróleo

Classificação JEL: G01; O55

Abstract

The objective of this work is the analysis of the determinants of the diversification of the Angolan economy, having as support its best indicators, as well as the formulation of policies that are necessary to revert favorably such reality.

According to the data analyzed by the World Bank and the International Monetary Fund, we can deduce that an Angolan economy is very dependent on a single resource (petroleum), which accounts for about 96% of total exports, thus revealing vulnerability and lack of diversification, given the lack of attention given to other sectors of the economy, in particular industry, giving a strong indicator of Dutch Disease.

The economic and financial crisis in 2014, with the fall of the oil price on the international market, compromising the growth and economic development of Angola. The great changing will be made with the introducing of new sources of external income, as well as reducing the volume of imports.

Diversification emerges as a solution for the expansion and promotion of inclusive growth and development for the country.

To accomplish this goal, it will be necessary to implement a set of measures, among which the economic and financial structural changes in order to promote attractive interest rate, business favorable environment for foreign investments, market transparency, maturity of public institutions, human capital building capacity, technological innovation, infrastructure creation and development in the non - oil sector.

Key words

Diversification, Dutch Disease, Economics, Oil

JEL Classification System: G01, O55

Índice

Introdução.....	- 1 -
Secção 1 - Como Diversificar a Economia Angolana?	- 1 -
Secção 2 - Contextualização	- 4 -
Capítulo I - Enquadramento Teórico e Revisão da Literatura	- 6 -
Capítulo II - Metodologia e Dados	- 14 -
Secção 1 – Metodologia, Variáveis Utilizadas e Fontes.....	- 14 -
Secção 2 – Questões de Investigação	- 15 -
Secção 3 – Definição e Limitação dos Dados	- 15 -
Capítulo III - Apresentação e Análise dos Resultados	- 20 -
Secção 1 – Análises de Indicadores Sobre a Economia Angolana	- 20 -
Secção 2 - Estudos Comparativos	- 30 -
Secção 3 – Resposta às Questões de Investigação	- 47 -
Secção 4 - Discussão dos Resultados	- 48 -
Secção 5 – Políticas e Condições para a Viabilização da Diversificação	- 49 -
Conclusão.....	- 55 -
Secção 1 – Limitações e Implicações da Dissertação	- 56 -
Secção 2 – Sugestões para Pesquisas Futuras.....	- 56 -
FONTES: (Bibliografia, Legislação, outros Documentos)	- 57 -
Bibliografia	- 58 -

Índice de Quadros

Quadro 1.1 – Comparação das Referências Bibliográficas	12 -
Quadro 3.1 – Taxa de Crescimento Anual do PIB de 2010 a 2015	20 -
Quadro 3.2 – PIB per Capita de 2010 a 2015	20 -
Quadro 3.3 – Preço Médio do Petróleo Brent (USD/Barril) de 2010 a 2015	21 -
Quadro 3.4 – Taxa de Câmbio Média Oficial (Akz/ USD) de 2009 a 2016	22 -
Quadro 3.5 – Variação Anual da Taxa de Câmbio Média Oficial (Azk/USD) de 2010 a 2015	22 -
Quadro 3.6 – Taxa de Câmbio Efetiva Real (com Base no IPC) de 2010 a 2017	23 -
Quadro 3.7 – Taxa de Inflação (%) entre 2010 a 2015	24 -
Quadro 3.8 - Taxas de Juro dos Empréstimos ao Sector Privado (%) de 2010 a 2015	24 -
Quadro 3.9 – Taxa de Juro Real (%) de 2010 a 2015	25 -
Quadro 3.10 – Investimento Direto Estrangeiro (% do PIB) de 2010 a 2016	26 -
Quadro 3.11 – Exportações e Importações de Bens e Serviços (% do PIB) de 2010 a 2015	26 -
Quadro 3.12 – Comércio Global de Bens e Serviços (% do PIB) de 2010 a 2015	27 -
Quadro 3.13 – Exportações dos Principais Bens (%) de 2010 a 2015	28 -
Quadro 3.14 - Importações dos Principais Bens (%) de 2010 a 2015	29 -
Quadro 3.15 – Sectores Significativos da Economia (% PIB) de 2010 a 2015	29 -
Quadro 3.16 - Posição dos Maiores Produtores de Petróleo no Ranking Mundial (2017)	31 -
Quadro 3.17 – Comparativo da Taxa de Crescimento Anual do PIB (%) de 2010 a 2015	32 -
Quadro 3.18 – Comparativo do PIB per Capita de 2010 a 2015	32 -

Quadro 3.19 – Comparativo da Taxa de Câmbio Oficial Média (Akz/USD) de 2009 a 2016	- 33 -
Quadro 3.20 – Comparativo da Variação Anual da Taxa de Câmbio Oficial Média (em Relação ao USD) de 2009 a 2015.....	- 34 -
Quadro 3.21 – Gráfico Comparativo da Taxa de Câmbio Efetiva Real (com Base no IPC) de 2010 a 2017.....	- 34 -
Quadro 3.22 – Comparativo da Inflação de Preços ao Consumidor (%) de 2010 a 2015.....	- 35 -
Quadro 3.23 - Taxa de Juros dos Empréstimos (%) de 2010 a 2015.....	- 36 -
Quadro 3.24 – Taxa de Juro Real (%) de 2010 a 2015	- 37 -
Quadro 3.25 – Comparativo do Crédito ao Setor Privado (%) do PIB de 2010 a 2015.....	- 38 -
Quadro 3.26 – Comparativo do Investimento Estrangeiro Direto (% do PIB) de 2010 a 2016.....	- 39 -
Quadro 3.27 – Comparativo das Exportações do Principais Bens em % do Total de Mercadorias Exportadas 2015	- 40 -
Quadro 3.28 – Índice Herfindahl para Angola de 2010 a 2013.....	- 41 -
Quadro 3.29 – Posição no Ranking Mundial Doing Business (2018)	- 42 -
Quadro 3.30 – Comparativo do Índice CPIA de 2013.....	- 44 -
Quadro 3.31 – Voz e Rastreio 2017 e Quadro 3.32 – Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo 2017.....	- 45 -
Quadro 3.33 – Efetividade do Governo 2017 e Quadro 3.34 – Qualidade de Regulamentação 2017 ...	- 46 -
Quadro 3.35 – Estado de Direito 2017 e Quadro 3.36 – Controlo da Corrupção 2017.....	- 46 -
Quadro 3.37 – Comparação dos resultados de investigação com a literatura	- 49 -

Índice de Figuras

Figura 3.1 – Gráfico da Taxa de Crescimento Anual do PIB de 2010 a 2015	- 20 -
Figura 3.2 – Gráfico do PIB per Capita de 2010 a 2015	- 21 -
Figura 3.3 – Gráfico do Preço Médio do Petróleo Brent (USD/Barril) de 2010 a 2015	- 21 -
Figura 3.4 – Gráfico da Taxa de Câmbio Média Oficial (Akz/USD) de 2009 a 2016	- 22 -
Figura 3.5 – Variação Anual da Taxa de Câmbio Média Oficial Azk/USD) de 2010 a 2015	- 23 -
Figura 3.6 – Gráfico da Taxa de Câmbio Efetiva Real (com Base no IPC) de 2010 a 2017	- 23 -
Figura 3.7 – Taxa de Inflação (%) entre 2010 a 2015.....	- 24 -
Figura 3.8 – Gráfico das Taxas de Juro dos Empréstimos ao Sector Privado (%) de 2010 a 2015 -	25 -
Figura 3.9 – Gráfico da Taxa de Juro Real (%) de 2010 a 2015	- 25 -
Figura 3.10 – Investimento Direto Estrangeiro (% do PIB) de 2010 a 2016	- 26 -
Figura 3.11 – Gráfico das Exportações e Importações de Bens e Serviços (% do PIB) de 2010 a 2015-	27 -
Figura 3.12 – Gráfico do Comércio Global de Bens e Serviços (% do PIB) de 2010 a 2015.....	- 27 -
Figura 3.13 – Exportações dos Principais Bens (%) de 2010 a 2015.....	- 28 -
Figura 3.14 – Gráfico das Importações dos Principais Bens (%) de 2010 a 2015	- 29 -
Figura 3.15 – Gráfico dos Sectores Significativos da Economia (% PIB) de 2010 a 2015.....	- 30 -
Figura 3.16 - Posição dos Maiores Produtores de Petróleo no Ranking Mundial (2017)	- 31 -
Figura 3.17 – Gráfico Comparativo da Taxa de Crescimento Anual do PIB (%) de 2010 a 2015.....	- 32 -
Figura 3.18 – Gráfico Comparativo do PIB per Capita de 2010 a 2015	- 33 -

Figura 3.19 – Comparativo da Variação Anual da Taxa de Câmbio Oficial Média (Akz USD) de 2010 a 2015.....	- 34 -
Figura 3.20 – Gráfico Comparativo da Taxa de Câmbio Efetiva Real (com Base no IPC) de 2010 a 2017	- 35 -
Figura 3.21 – Gráfico Comparativo da Inflação de Preços ao Consumidor (%) de 2010 a 2015.....	- 36 -
Figura 3.22 – Gráfico da Taxa de Juros dos Empréstimos (%) de 2010 a 2015	- 37 -
Figura 3.23 – Gráfico Comparativo da Taxa de Juro Real (%) de 2010 a 2015.....	- 37 -
Figura 3.24 – Gráfico Comparativo do Crédito ao Setor Privado (%) do PIB de 2010 a 2015.....	- 38 -
Figura 3.25 – Gráfico Comparativo Investimento Direto Estrangeiro (% do PIB) de 2010 a 2016...-	- 39 -
Figura 3.26 – Gráfico Comparativo da Exportação dos Principais bens (% do Total de Mercadorias Exportadas) em 2015	- 40 -
Figura 3.27 – Gráfico do Ranking Mundial Doing Business.....	- 42 -
Figura 3.28 – Classificação nos Tópicos Doing Business para Angola de 2018.....	- 43 -
Figura 3.29 – Enquadramento no Ranking dos Tópicos Doing Business Angola de 2018	- 43 -
Figura 3.30 – Ranking e Classificação dos Tópicos Doing Business Angola de 2019.....	- 44 -
Figura 3.31 – Comparativo do Índice CPIA de 2013.....	- 45 -
Figura 3.32 – Gráfico da Voz e Rastreo 2017 e Figura 3.33– Gráfico da Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo 2017	- 46 -
Figura 3.34 – Gráfico da Efetividade do Governo 2017 e Figura 3.35 – Gráfico da Qualidade de Regulamentação 2017	- 46 -
Figura 3.36 – Gráfico do Estado de Direito 2017 e Figura 3.37 – Gráfico do Controlo da Corrupção 2017	- 47 -

Glossário de siglas

- AGT – Administração Geral Tributária
- AIPEX – Agência de Investimento Privado e Promoção Exportações de Angola
- ARC – Autoridade Reguladora da Concorrência
- AKz – Kwanza
- BNA– Banco Nacional de Angola
- CEIC – Centro de Estudos e Investigação
- CBC/FT - Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
- CPIA – Country Policy and Institutional Assessment
- ELP - Estratégia de Longo Prazo
- GAPP – Generally Accepted Principles and Practices
- IDE – Investimento Direto Estrangeiro
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IPC – Índice de Preços ao Consumidor
- IPU – Imposto Predial Urbano
- ISEP – Instituto para o Sector Empresarial Público
- IVA – Imposto de Valor Acrescentado
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- OECD– Organization for Economic Cooperation and Development
- OGE – Orçamento Geral do Estado
- PAC – Programa de Apoio ao Crédito
- PDN – Plano de Desenvolvimento Nacional
- PIB – Produto Interno Bruto
- PRODESI - Programa Produção Nacional, Diversificação da Exportações e Substituição das Importações
- SEP – Sector Empresarial Público
- UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
- USD – Dólar Americano
- WGI - World Governance Indicators

Introdução

Secção 1 - Como Diversificar a Economia Angolana?

É a pergunta de investigação que motiva a presente Dissertação, sendo de grande relevância dada a temática bastante atual para algumas economias da África Subsariana e em particular para Angola tendo em conta a conjuntura em que se encontra desde a queda do preço do petróleo no mercado internacional, em 2014.

A diversificação da economia é uma estratégia com a qual se pretende a produção de novos bens e serviços destinados a diferentes mercados.

Esta temática leva-nos a avaliar a dependência de Angola em relação ao petróleo, como sendo a origem da crise económica e financeira vivida nos últimos anos. Neste contexto, a diversificação é considerada pelo governo angolano e pelo FMI – Fundo Monetário Internacional - como uma prioridade para a saída da crise, logo não basta apenas identificar os aspetos que nos levam a concluir que a economia angolana é pouco diversificada, mas identificar os entraves, proceder à recolha e análise de dados e realizar estudos comparativos com outras realidades por forma a encontrarmos o melhor caminho a seguir para ultrapassar a crise e promover o crescimento inclusivo e sustentado para o país.

Sobre o tema concreto da diversificação da economia em Angola, considereirei duas obras, cujas ideias principais passo a mencionar:

Rocha *et al.* (2016) - *Estudos Sobre a Diversificação da Economia em Angola* -aborda a questão da dependência económica dos recursos naturais, como é o caso de Angola, em relação ao petróleo (mencionando o efeito *Dutch Disease*) que tornou-se um impedimento para o desenvolvimento de outros sectores da economia, como a indústria, agricultura, pecuária, pesca, turismo e outros serviços, condicionando em grande medida a diversificação.

Importa referir que a *Dutch Disease* retrata a relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio da indústria. Quando o recurso natural é abundante, como é o caso do petróleo que gerou vantagens comparativas para Angola, há uma forte tendência para a especialização na produção deste bem e a não aposta noutros sectores, em particular a indústria. A economia sofre um processo de estagnação ou mesmo desindustrialização, com sérios reflexos no desenvolvimento económico.

Enquanto o livro Cerqueira (2016), *Nova Economia Angolana*, aborda o caso de Angola, analisando em simultâneo os efeitos da guerra (terminada em 2002), mudanças profundas por força da guerra e das alterações sucessivas nos modelos económicos adotados, bem como os desequilíbrios resultantes do choque petrolífero nomeadamente as repercussões na produtividade, desemprego, taxas de câmbio real e informal e a alta generalizada de preços.

Ambas apontam a diversificação como a saída para a crise e a forma de se estabelecer um caminho de progresso económico e social dentro de um novo quadro político e de confiança nas Instituições Angolanas bem como um ambiente adequado ao Investimento e realização de negócios.

Sendo dois livros técnicos, adotam metodologias diferentes na análise económica, contudo são complementares nalguns aspetos do estudo realizado.

O que esta dissertação traz de novo é a comparação de indicadores explicativos da diversificação da economia entre países, designadamente os índices *Doing Business*, *CPIA (Country Policy and Institutional Assessment)* e *WGI (World Governance Indicators)*, pouco explorados, uma revisão da literatura sobre o tema e a atualização de análises já realizadas, visto que os outros trabalhos existentes são anteriores ao processo de diversificação.

Para explicar a pergunta de investigação foram analisados dados anuais referentes às variáveis reais e quatro índices:

- Taxa de crescimento do anual PIB – (%);
- PIB per capita (Akz);
- Preço médio do petróleo brent em unidades (USD/barril);
- Taxa de câmbio média oficial (Akz/USD);
- Variação percentual anual da taxa de câmbio média oficial (%);
- Taxa de câmbio efetiva real (Akz/USD);
- Taxa de inflação (%);
- Taxa de juro dos empréstimos ao sector privado (%);
- Taxa de juro real (%);
- Investimento estrangeiro direto (% do PIB);
- Exportações e importações de bens e serviços (% do PIB);
- Exportação dos principais bens (% do total de exportações);
- Importação dos principais bens (% do total de importações);
- Exportações de bens de referência (% do total de exportações);
- Importações de bens de referência (% do total de importações);
- Comércio global de bens e serviços (% do PIB);
- Peso dos sectores significativos da economia (% PIB);
- Índice *Herfindahl* para o cálculo da concentração das exportações;
- Índice *Doing Business*;
- Índice *CPIA (Country Policy and Institutional Assessment)*; e
- Índice *WGI (World Governance Indicators)*.

Em resumo, para diversificar a economia angolana será necessário promover reformas estruturais nos vários sectores da atividade económica, estabelecer taxas de juro atrativas, maior facilidade na obtenção de crédito bancário, incentivos do estado à produção, criar um ambiente de negócios favorável a atração de investimento estrangeiro, ambiente macroeconómico estável, desenvolvimento do capital humano, inovação tecnológica, transparência a nível de gestão de fundos públicos e aposta no desenvolvimento do sector não – petrolífero, a semelhança de outros países da África Subsariana como Botswana, Mauritânia, África do Sul, Uganda e Nigéria.

No que diz respeito ao setor não – petrolífero, seguem algumas soluções para a especialização de acordo com as vantagens comparativas detetadas:

- Na agricultura, pecuária e pesca, tendo em conta a extensão do território, para a produção de bens alimentares, promovendo ainda a criação de emprego e fixação da população nas suas regiões de origem;
- Desenvolvimento da indústria de modo geral, como forma de suporte aos outros sectores e gerando bens para exportação;
- Através da exploração de recursos minerais;
- Exploração dos recursos hídricos (dada a extensão da sua bacia hidrográfica), representando um grande potencial para o sector energético;
- Desenvolvimento do sector dos transportes e infraestruturas como suporte para escoamento de produtos para as províncias e países vizinhos;
- Promoção do turismo, com a exploração de todo o potencial do território em termos de paisagens naturais; etc.

A presente Dissertação é composta por Introdução, 3 Capítulos e Conclusão, com a seguinte distribuição:

A Introdução contém duas secções, a primeira secção apresenta a pergunta de investigação, enquanto a segunda faz a contextualização em termos de enquadramento geográfico, demográfico e a situação económica de Angola.

O primeiro capítulo, faz o enquadramento do tema em Dissertação de acordo com a teoria económica subjacente e aborda a revisão da literatura estudada sobre a matéria.

O segundo capítulo apresenta três secções: Metodologia, Variáveis Utilizadas e Fontes; Questões de Investigação; e Definição e Limitação dos Dados.

O terceiro capítulo contempla cinco secções, a primeira apresenta as análises dos indicadores sobre a economia angolana e sua articulação com a pergunta de investigação, a segunda, os estudos comparativos com outras economias, a terceira apresenta as respostas às perguntas de investigação,

a quarta a discussão dos resultados e quinta apresenta as políticas e condições para a viabilização da diversificação.

A Conclusão compreende duas secções, a primeira apresenta as limitações e implicações da Dissertação e a segunda, sugestões para pesquisas futuras.

Secção 2 - Contextualização

Oficialmente designada República de Angola, independente desde 1975, é um país em vias de desenvolvimento, flagelado por um vasto período de guerra.

Situado na costa ocidental de África, cujo território é delimitado a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico.

A sua população está atualmente estimada em cerca de 28.359.634 habitantes, sendo a capital (Luanda), a província mais habitada com cerca de 6.945.386 habitantes (cerca de 24% da população total).

De modo geral, a economia angolana pode ser caracterizada por três fases (Andrade, 2008):

- De 1975 (independência) a 1985 - economia centralizada e planificada;
- 1986 a 1991 - reconhecimento da necessidade do abandono do modelo de economia planificada e transição para o modelo de economia de mercado; e
- 1991 a 2003 – transição efetiva para a economia de mercado, sendo o sector petrolífero definido como estratégico para o desenvolvimento económico e social do país;

A fase acima perdurou até 2013, sendo que em 2014 a queda do preço do petróleo no mercado internacional desencadeou a crise económica e financeira que se arrasta até ao momento atual.

Angola é um país muito dependente do sector petrolífero, sendo este o grande gerador de receitas para a dinamização da economia.

O sector não-petrolífero da economia angolana é constituído pelas atividades agrícola, industrial, pecuária e florestas, pescas, manufatura, energia e águas, construção, extração mineira e serviços diversos, como comércio, transportes, banca, seguros, telecomunicações e outros.

As exportações do país e as receitas fiscais do Estado centram-se maioritariamente no petróleo, que atualmente representa cerca 96% do total de exportações e 1/3 do PIB, pelo que, a crise comprometeu significativamente a economia, havendo a necessidade obtenção de novas fontes de receitas em

moeda nacional e externa, bem como reduzir a necessidade de moeda externa para pagamento de importações.

Ao longo de vários anos criou-se uma forte dependência das receitas em moeda externa provenientes da exportação exclusiva de petróleo, sendo que os demais sectores da economia se tornaram praticamente inoperantes, levando o país a uma necessidade constante de divisas, pois importa praticamente tudo o que consome em termos de bens e serviços. Por outro lado, com a guerra e consequente inutilização dos campos, verificou-se uma forte concentração da população nas cidades, sendo forçada a abandonar atividades de subsistência como agricultura e pecuária.

A economia angolana retrata o típico exemplo de *Dutch Disease*, que é a relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio da indústria. Quando o recurso natural é abundante, como é o caso do petróleo que gerou vantagens comparativas para Angola, há uma forte tendência para a especialização na produção deste bem e a não aposta noutros sectores, em particular a indústria. A economia sofre um processo de estagnação ou mesmo desindustrialização, com sérios reflexos no desenvolvimento económico.

Capítulo I - Enquadramento Teórico e Revisão da Literatura

A pergunta de investigação referida na introdução é: como diversificar a economia angolana? Vamos agora ver como esta questão é abordada na literatura.

A literatura apresentada aborda a diversificação da economia de forma muito preliminar, dada a inexistência de condições objetivas a nível de políticas e o não cumprimento da legislação inerente (na data da sua publicação), sendo que a análise do tema faz todo o sentido, dado o momento atual de mudança que a economia angolana atravessa, visto ser de grande importância para um crescimento económico inclusivo, desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população, pelo que considere importante o que as obras abaixo apontam como causas para falta de diversificação e as soluções possíveis no caso de Angola.

O Jornal de Negócios (2019) de acordo com a entrevista ao Bastonário da Ordem dos Economistas de Angola, *Fausto Simões*, retrata alguns elementos que condicionam a diversificação da economia em Angola, nomeadamente:

- O aumento da densidade demográfica, sendo que a taxa de crescimento da população para 2019 e 2020 está estimada em cerca 3,5%, o que revela que além de a população estar bastante concentrada na capital do país, está a crescer muito rapidamente, havendo a necessidade de descentralização dos serviços, com a criação de postos de trabalho noutras cidades e incentivos à mobilidade;
- O exemplo à sociedade que deve partir das grandes instituições do Estado e das entidades de governação, com cumprimento da legislação, reformas do Estado e cortes nas despesas, reduzindo essencialmente os subsídios;
- As extremas dificuldades financeiras, no que diz respeito à obtenção de moeda externa para suprir a necessidade de importações e condução da política cambial têm desmotivado o IDE (Investimento Direto Estrangeiro) e condicionado o processo de diversificação.

Não obstante o acima retratado, o artigo reconhece a importância do papel do FMI para o processo de diversificação em Angola, com a concessão do financiamento no valor de 2,7 mil milhões de USD, com reembolso em 10 anos e prazo de carência de 4 anos, tendo a diversificação da economia como solução para a saída da crise.

Como suporte à diversificação refere o PDN (Plano de Desenvolvimento Nacional), numa vertente macro e o PAC (Programa de Apoio ao Crédito) numa vertente mais micro.

O artigo Ennes et al, *Política Económica da Banca em Angola entre 2003 e 2013 (2018)*, retrata o fracasso da banca na diversificação da economia, faz um resumo da evolução da banca em Angola, entre 1975 e final da década de 90 e outro no período após 2002.

Refere que banca em Angola não contribuiu para a diversificação da economia, não concedendo crédito aos sectores produtivos da economia, não se verificando a expansão do crédito na economia, nomeadamente às pequenas e médias empresas, pelo contrário serviu muito mais a uma elite política e gerou um alto nível de crédito mal - parado.

Contudo verificou-se a expansão da banca até 2014 (altura da queda do preço do petróleo) e Angola era o terceiro país com mais ativos na banca em 2013, a seguir a África do Sul e Nigéria, sendo que atores externos como Banco Mundial e FMI e doadores externos, tiveram apenas um papel secundário neste período e apenas recentemente os regulamentos internacionais passaram a ser seguidos.

Em Rocha, Alves da, *et al* (2016), *Estudos Sobre a Diversificação da Economia em Angola*, é abordada a questão da dependência económica dos recursos naturais, como é o caso de Angola, cuja dependência do petróleo tornou-se um impedimento para o desenvolvimento de outros sectores da economia como a indústria, agricultura, florestas e pecuária, pesca, turismo e outros serviços, condicionando em grande modo a diversificação da economia (efeito *Dutch Disease*).

Neste contexto, as medidas para a diversificação passariam pela substituição das importações, com a produção de bens intermédios, passando pela capacitação dos recursos humanos nacionais, inovação tecnológica, aproveitamento das matérias primas nacionais, o que levaria ao aumento da produção nacional e das exportações, melhor gestão das receitas do estado e a qualidade das Instituições públicas, bem como um ambiente de negócios atrativo ao investimento.

Os autores consideram que a diversificação da economia deve ser feita em consonância com a integração económica regional, apontado como razão para ausência de diversificação na maioria das economias da África Subsariana, os chamados custos de contexto (custos que não promovem a concorrência, desincentivando os investidores), como a inflação alta, excesso de burocracia, acentuada corrupção, acesso restrito ao crédito, mão de obra não qualificada, falta de infraestruturas e sistemas de distribuição de energia deficientes, etc., contribuindo para um mau ambiente de negócios.

No curto prazo, seria importante manter os equilíbrios financeiros conseguidos ainda que dependentes em excesso do petróleo e ganhar-se competitividade pelos preços, sendo para tal fundamental reduzir os custos de contexto e no longo prazo, aumentar da produtividade, com a partilha justa das receitas da diversificação entre trabalho, capital e tecnologia.

Com a globalização tivemos o surgimento de economias emergentes muito dinâmicas como a China e Índia versus economias menos desenvolvidas, o que implica que os custos de produção da quase totalidade dos países subsarianos, exceto África do Sul e Ilhas Maurícias, sejam mais elevados do que os das economias emergentes asiáticas, o que dificulta o processo de diversificação. Daí o dilema dos países africanos subdesenvolvidos, pois torna-se difícil concorrer pelos custos, visto que as economias asiáticas têm maior capacidade de produzir a custos bastante reduzidos, o que representa uma ameaça

à industrialização e à capacidade de diversificação dos países em desenvolvimento, provocando o agravamento da pobreza e a baixa progressão na escala tecnológica.

Segundo os autores os motores para a diversificação das exportações são:

Acúmulo de capital humano, uma vez que aumento no nível de educação tende a aumentar os níveis de empreendedorismo e produtividade dos trabalhadores, com impacto no padrão de produção e consequentemente nas exportações, passando a economia a produzir bens e serviços de alto valor comercial;

Tamanho do país (medido pelo PIB ou pela População): Quanto maior a população de um país, maior é a probabilidade de produzir bens diferentes devido ao maior mercado interno e diversidade de gostos entre a população. O mesmo princípio pode ser aplicado ao PIB, já que quanto mais rico o país, maior é a probabilidade de produzir e exportar bens e serviços diferenciados;

Fácil acesso aos principais mercados mundiais: para diversificar as exportações é necessário que se encontre mecanismos que permitam facilmente entrar nos mercados, uma vez que no comércio internacional existem inúmeras barreiras, há a necessidade de explorar mecanismos como os Acordos Comerciais Unilaterais, Preferenciais e Regionais, a fim de superar as barreiras comerciais;

Qualidade das infraestruturas: infraestruturas como estradas pavimentadas, redes de abastecimento de água e eletricidade, telecomunicações, portos e aeroportos, redes de transporte terrestres, são aspetos que desempenham um papel fundamental na diversificação das exportações;

Qualidade das Instituições: É necessária a contribuição de entidades públicas e privadas, ministérios, como alfândegas, os despachantes aduaneiros, câmaras de comércio e bancos, no sentido de promover e facilitar as exportações, reduzindo ao mínimo o nível de burocracia.

Quanto às evidências empíricas na África Subsariana, observamos que a maioria é menos diversificada do que os países em desenvolvimento. Aqui os exportadores de petróleo são os que têm as economias mais concentradas e os que têm menos reservas de petróleo são os mais diversificados, como é o caso da África do Sul.

No caso de Angola, o petróleo tem um grande peso no PIB, mas a indústria transformadora tem um peso bastante reduzido no PIB, uma vez que a maior parte do petróleo é exportado em bruto. O mesmo não se verifica em outros países produtores de petróleo com o Brasil, México, Noruega, Malásia e Indonésia que desenvolveram a sua indústria transformadora de petróleo.

Para os autores, o grau de diversificação das economias está fortemente correlacionado com a industrialização dos países e consequentemente com a diversificação das exportações, ou seja, quanto mais elevados forem os índices de industrialização, melhores serão as condições de concorrência nos mercados internos e internacionais.

O livro Cerqueira (2016) *Nova Economia Angolana*, aborda o caso de Angola, analisando em simultâneo os efeitos da guerra (terminada em 2002), mudanças profundas por força das alterações do modelo económico adotado, bem como os desequilíbrios resultantes do choque petrolífero nomeadamente as repercussões na produtividade, desemprego, taxas de câmbio real e informal e a alta generalizada de preços.

Trata-se de uma obra técnica, tal como anterior, adotando metodologia diferente na análise económica, contudo são complementares nalguns aspetos do estudo realizado.

Ambas as obras apontam a diversificação como a saída para a crise e a forma de se estabelecer um caminho de progresso económico e social dentro de um novo quadro político e de confiança nas Instituições Angolanas bem como um ambiente adequado ao Investimento e à realização de negócios.

Outro artigo analisado é Cole *et al*, *Como Angola e a Nigéria aproveitaram os recursos do petróleo entre 1970-2000*, ao contrário das outras já mencionadas, acaba por ser uma análise simplista, devido aos 30 anos de guerra em Angola, período em que obviamente a guerra foi o maior canal de drenagem dos recursos do petróleo. Refere que os dois países não aproveitaram as receitas do petróleo para elevar o nível de vida da população, sendo os recursos demasiado canalizados para a manutenção da guerra e não conseguiram criar uma política de diversificação para as economias.

No caso de Angola, no ano de 2000, o petróleo representava 60% do PIB e 95% das exportações e a população vivia com menos de 1 USD por dia, embora esta realidade não se tenha alterado muito face aos dias de hoje.

De acordo com os dados do FMI Angola gastou entre 1996 e 1999 com a guerra, em média, 34% do OGE (Orçamento Geral do Estado) com a defesa e armamento, enquanto o normal seria cerca de 2%, denotando aqui um desperdício de recursos, tendo em conta a necessidade de investimento noutros sectores da economia e pesou também a inexistência de uma banca robusta para impulsionar o investimento privado.

A grande conclusão é que a Nigéria e Angola não conseguiram criar uma fonte alternativa de riqueza nem bem-estar para o seu povo.

De acordo com os autores seria necessária a criação de pequenas e médias empresas para serviços relacionados com a indústria do gás e do petróleo de forma a aumentar o perfil industrial destes países.

Usar estas receitas para criar uma fonte alternativa e sustentável de rendimentos, que sobreviva a extinção do petróleo, facto referido na obra anterior.

À semelhança da terceira obra, os autores deste artigo fazem uma comparação de Angola, em termos de diversificação com alguns países como Venezuela, Equador e Nigéria e menciona casos de sucesso como a Noruega e a Malásia que conseguiram diversificar a economia.

A sexta obra analisada é Vunje (2015), *Desenvolvimento e Sector Externo*, coloca especial ênfase nos acontecimentos referentes ao período de 1990 a 2005, onde analisa a evolução da economia angolana desde a sua independência.

O objetivo geral é avaliar a importância do desequilíbrio externo da economia angolana no período acima referido e suas causas, propondo políticas para a correção destes desequilíbrios.

Faz a análise e a caracterização do desenvolvimento e evolução de Angola no referido período, para tal é percorrida a história dos principais acontecimentos políticos económicos e sociais do país, no período anterior e posterior a independência, o que permite ter uma ideia dos principais aspetos que caracterizam o desenvolvimento e evolução da economia angolana. É ainda analisado o comportamento no que diz respeito ao cumprimento dos objetivos internos e externos da economia, assim como as políticas económicas relacionadas, permitindo obter uma ideia dos erros e fracassos.

Propõe algumas medidas macroeconómicas e estruturais corretivas, com a finalidade de alcançar um crescimento permanente, através do controlo dos desequilíbrios interno e externo.

- Aplicação de políticas monetárias e fiscal, dentro do Programa de Estabilização Macroeconómica iniciado em 1999, com objetivo de obter uma moeda nacional forte e alcançar uma taxa de inflação abaixo dos 5%;
- Conciliar a estabilização macroeconómica e o desenvolvimento estrutural e sectorial da economia não petrolífera;
- Restaurar infraestruturas e renovar os sectores agrícola, industrial e de serviços, o que implicaria a criação de um sistema fiscal que facilite a geração de receitas para enfrentar as constantes necessidades de despesa;
- Aplicação de uma estratégia de promoção de exportações de novos bens e serviços, como alternativa ao petróleo, diversificando a economia.

À exceção da segunda obra que é mais voltada para o fraco desempenho da banca e consequências para a diversificação, as restantes abordam da dependência excessiva do petróleo, conseqüente fraca industrialização e não aposta nos demais sectores como a grande causa para a não diversificação da economia angolana e a exceção da sexta obra a apresentada, todas apontam aspetos fundamentais para a diversificação.

A obra de Vidal *et al.* (2011), intitulada *Economia Política e Desenvolvimento em Angola* aborda questões como equilíbrio económico entre regiões, crescimento e desenvolvimento económico nas suas diversas dimensões, com preocupações voltadas para equidade social, económica, desenvolvimento regional e sectorial equilibrados como forma de apoiar e sustentar a estabilidade sociopolítica que se quer duradoura.

Aponta ainda com causas para pouca diversificação da economia as deficiências estruturais que refletem crescimento sem desenvolvimento, com um aumento do peso relativo do petróleo no PIB face aos outros sectores como agricultura, serviços e indústria.

Há de facto o crescimento de um único sector, não havendo uma utilização diversificada das receitas fiscais e das fontes de divisas, o que permitiria desenvolver outros sectores, contribuindo para a diversificação da economia e conseqüente desenvolvimento.

Tal como a primeira obra refere, como principal fator impeditivo à diversificação da economia angolana, crescer apenas apoiada num único sector que absorve os recursos do resto da economia, refletindo a situação de *Dutch Disease*, sendo que o caminho a seguir seria a redução da burocracia na implementação dos investimentos, a criação de um ambiente macroeconómico estável, com a redução das importações e da inflação, a gestão transparente dos fundos públicos e o desenvolvimento e maturidade das Instituições do Estado.

De acordo com os autores, além dos problemas já existentes e com a forma de gestão descrita, os recursos minerais limitados não seriam suficientes para mais uma geração, o "colapso" do petróleo seria ou por baixa de preços ou por esgotamento de reservas, o que representa um perigo para uma economia pouco diversificada.

Um resumo de cada um dos trabalhos referidos encontra-se no Quadro 1.1.

Nº	Autores	Ano	Título	Causas da Fraca Diversificação	Soluções para a Diversificação
1	Jornal de Negócios	(2019)	Entrevista a Bastonário da Ordem dos Economistas de Angola, Fausto Simões	<ul style="list-style-type: none"> - Política cambial pouco atrativa ao investimento direto estrangeiro; - Incumprimento da legislação; - Pouca maturidade das Instituições do Estado e Entidades de Governação; - Concentração dos serviços; - Concentração da população na capital; - Aumento da densidade demográfica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação dos planos PDN (Plano de Desenvolvimento Nacional), e PAC (Programa de Apoio ao Crédito); - Cortes nas Despesas Públicas (subsídios); - Descentralização dos Serviços; - Incentivos à mobilidade; e - Reformas do Estado
2	Ennes <i>et al.</i>	2018	Política Económica da Banca em Angola entre 2003 e 2013	<ul style="list-style-type: none"> - Banca em Angola não fornecendo crédito aos sectores produtivos da economia; - Serviu essencialmente a uma elite política; - Gerou um alto nível de crédito mal - parado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Concessão de crédito por parte da banca aos sectores produtivos, nomeadamente às pequenas e médias empresas.

Angola e a Diversificação da Economia

Nº	Autores	Ano	Título	Causas da Fraca Diversificação	Soluções para a Diversificação
3	Rocha <i>et al.</i>	2016	Estudos Sobre a Diversificação da Economia em Angola	<ul style="list-style-type: none"> - Dependência económica relativamente ao petróleo; - Efeito <i>Dutch Disease</i>, tornando-se num impedimento para o desenvolvimento de outros sectores da economia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Um novo ambiente político; - Substituição das importações, com a produção de bens intermédios, aproveitamento das matérias primas nacionais para o aumento da produção e das exportações; - Melhor gestão das receitas do estado; - Qualidade das Instituições públicas; - Ambiente de negócios atrativo ao investimento; - Capacitação dos recursos humanos nacionais e inovação tecnológica.
4	Cerqueira	2016	Nova Economia Angolana	<ul style="list-style-type: none"> - Guerra - Sucessivos modelos económicos adotados; - Desequilíbrios resultantes do choque petrolífero. 	<ul style="list-style-type: none"> - Novo quadro político e de confiança nas instituições; - Ambiente adequado ao investimento negócios.
5	Cole <i>et al.</i>	2015	Como Angola e a Nigéria Aproveitaram os Recursos do Petróleo entre 1970-2000	<ul style="list-style-type: none"> - A guerra foi o maior canal de drenagem dos recursos do petróleo; - Não houve melhoria do nível de vida da população; - Não se criou de uma política de diversificação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de pequenas e médias empresas para serviços relacionados com a indústria de óleo e gás; - Aumento do perfil industrial destes países; - Utilização das receitas para a criação de uma fonte alternativa de rendimentos.
6	Vunje	2015	Desenvolvimento e Sector Externo	<ul style="list-style-type: none"> - Desequilíbrios externos, criados pela evolução política e económica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação adequada de políticas monetárias e fiscal; - Moeda nacional forte; - Taxa de inflação abaixo dos 5%; - Estabilização macroeconómica; - Desenvolvimento estrutural e sectorial da economia não petrolífera; - Restauração de infraestruturas; - Renovar os sectores agrícola, industrial e de serviços; - Promoção de novos bens e serviços para exportações, como alternativa ao petróleo.
7	Vidal <i>et al.</i>	2011	Economia Política e Desenvolvimento em Angola	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiências estruturais; - Crescimento sem desenvolvimento; - Aumento do peso relativo do petróleo no PIB face aos outros sectores; - Receitas fiscais e das fontes de divisas dependentes do sector petrolífero. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da burocracia na implementação dos investimentos; - Criação de um ambiente macroeconómico estável; - Redução das importações e da inflação; - Gestão transparente dos fundos públicos e a qualidade das instituições do Estado.

Quadro 1.1 – Comparação das Referências Bibliográficas

Além dos indicadores macroeconómicos clássicos abordados pela literatura em geral e apesar de algumas obras mencionarem genericamente a necessidade da criação de um ambiente mais favorável aos negócios e à atração de investimentos, bem como maior confiança no sistema político e nas Instituições do Estado, a presente Dissertação sugere uma abordagem mais profunda sobre a temática, facto que tem ocorrido em relação a Angola nos últimos anos, por parte de entidades como o FMI e o Banco Mundial.

Face ao acima referido, a presente [Dissertação](#) sugere a observação de medidas complementares como os índices *Doing Business* e *CPIA (Country Policies and Institutional Assessment)* e os indicadores *WGI (World Governance Indicators)*, que avaliam e classificam as condições para a realização de negócios, as políticas e instituições dos países e a sua governação, sendo aspetos que concorrem para melhor explicar o fenómeno da falta de diversificação da economia.

Capítulo II - Metodologia e Dados

Secção 1 – Metodologia, Variáveis Utilizadas e Fontes

A metodologia utilizada na presente Dissertação foi a análise de variáveis económicas, cálculo de medidas estatísticas, índices, indicadores, análise do contexto histórico, legislação, artigos de imprensa, políticas e Planos do Governo e FMI e artigos elaborados por académicos e outros estudiosos sobre a matéria.

Foi elaborada a estatística descritiva, análise qualitativa, quantitativa, e gráfica das variáveis obtidas através das bases de dados do World Bank e da OECD, apresentados em forma de dados de painel e gráficos.

O período de observação escolhido foi de 2010 a 2015 (para a maior parte das variáveis), pois retrata a fase de expansão do ciclo económico e depois o seu abrandamento a partir de 2014 com a queda do preço do petróleo no mercado internacional.

As fontes de Informação utilizadas para tentar obter uma resposta à pergunta de investigação são relatórios do governo angolano, do Banco Nacional de Angola, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, artigos de Jornal, de Revistas e textos académicos.

Em termos de seleção de variáveis, primeira identificada foi o preço do petróleo (brent), devido ao impacto que a sua subida teve desde 2014 nas demais variáveis como no caso da taxa de câmbio, que devido a redução da disponibilidade em moeda externa influenciou a taxa de inflação, pela subida do índice de preços ao consumidor, tendo em conta a dependência das importações para consumo, inclusive de produtos da cesta básica.

Outras variáveis foram analisadas, nomeadamente o PIB a preços constantes, observando a sua evolução antes e depois da queda do preço do petróleo, a taxa de juro dos empréstimos que justifica a escassez de crédito na economia para impulsionar o investimento privado, as importações que demonstram a excessiva dependência de moeda externa para a sua realização, as exportações que evidenciam uma concentração excessiva no petróleo (*Dutch Disease*).

Além das variáveis foram utilizados quatro índices que se mostraram bastante adequados na demonstração da falta de diversificação em Angola, são eles o Índice *Herfindahl* que demonstra a falta de diversificação, pois retrata uma grande concentração das exportações de um único produto, o Índice *Doing Business* que de acordo com a classificação dos tópicos que o compõem, bem como a posição de Angola no ranking, permitiu identificar a existência de um ambiente pouco favorável para os negócios, condicionando a diversificação, Índice CPIA (*Country Policy and Institutional Assessment*),

que avalia a qualidade das políticas e gestão das Instituições dos países e Índice WGI (*World Governance Indicators*) que comporta indicadores de boa governação.

As variáveis mais utilizadas na literatura foram o preço do petróleo, as taxas de câmbio e de inflação, o PIB e as exportações, sendo que a primeira obra analisada faz referência ao Índice *Herfindahl*.

A teoria económica (à partida) sugere uma relação direta entre o preço do petróleo, o PIB e as exportações. Porém a realidade de Angola mostra que sendo o petróleo a principal fonte de receitas em moeda externa, a redução do seu preço no mercado internacional tem impacto sobre:

- Taxa de juro - pela escassez de moeda nacional, por via de impostos sobre as exportações e pelo conteúdo em moeda externa que retorna ao país, convertido em nacional para pagamento de despesas locais para o funcionamento deste setor.
- Taxa de câmbio - pela escassez de moeda externa.
- Taxa de inflação - influenciada pela taxa de câmbio, por via das importações de produtos básicos.

Além do acima referido existem outras variáveis que contribuem para o desenvolvimento económico e diversificação, como a inovação tecnológica e o capital humano.

Secção 2 – Questões de Investigação

De acordo com a relação verificada entre as variáveis, seguem algumas questões para investigação:

Questão 1

Quais os fatores que condicionam a diversificação da economia em Angola?

Questão 2

É possível haver desenvolvimento sustentado dependendo apenas do petróleo?

Questão 3

De que forma o ambiente de negócios influencia a diversificação?

Secção 3 – Definição e Limitação dos Dados

Para este trabalho o país de observação é Angola, sendo as variáveis reais, apresentadas em dados time series (a mesma variável ao longo de vários anos) e gráficos, com periodicidade anual, de 2010 a 2015, exceto para taxa de câmbio efetiva real, taxa de câmbio oficial média, investimento estrangeiro direto, índices *Herfindahl*, *CPIA*, *WGI* e *Doing Business* e o ranking de maiores produtores de petróleo.

A metodologia de tratamento das variáveis foi a estatística descritiva e análise quantitativa e evolutiva das mesmas, obtidas através das bases de dados do FMI - Fundo Monetário Internacional, *World Bank* e da OECD – *Organization for Economic Cooperation and Development*.

As fontes foram o *World Bank National accounts*, *OECD National accounts data file*, Relatório do FMI nº18/156, junho de 2018, *Cia World Factbook* em [www://pt.world.bymap.org](http://pt.world.bymap.org), Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC), com base nos dados sobre concentração das exportações da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) e foram utilizadas variáveis e os índices definidos abaixo:

- Taxa de crescimento anual do PIB (%) é a taxa de crescimento anual do PIB a preços de mercado com base na moeda local constante. Os agregados são apresentados em dólares americanos constantes (2010). O PIB é a soma do valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia, acrescidos os impostos e retirados os subsídios;
- O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela população no meio do ano;
- Preço do petróleo Brent (USD/barril) é a média anual do Brent;
- Taxa de câmbio oficial é a taxa média anual (AKz/USD);
- Variação percentual anual da taxa de câmbio oficial é o percentual da fração entre a taxa média anual do ano a observar e a do ano anterior (AKz/USD);
- Taxa de câmbio efetiva real é uma medida do valor de uma moeda contra uma média ponderada de várias moedas estrangeiras, dividida por um deflator de preços ou índice de custos;
- Taxa de inflação (%) é medida pelo índice de preços ao consumidor e reflete a variação percentual anual do custo para o consumidor médio, na aquisição de uma cesta de bens e serviços que pode ser fixada ou alterada em intervalos de tempo específicos;
- Taxa de juro dos empréstimos ao sector privado (%) é a taxa aplicada pelas instituições de crédito aos financiamentos de curto e médio prazo do setor privado e é normalmente determinada de acordo com a taxa de juro de referência do Banco Central;
- Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em percentagem do PIB, é o percentual do PIB correspondente à soma do capital próprio, reinvestimento de lucros e outros capitais. O IDE é uma categoria de investimento transfronteiriço associada a um residente numa economia com controlo ou com um grau significativo de influência na gestão de uma empresa residente em Angola. A propriedade de 10% ou mais das ações ordinárias do capital votante é o critério para determinar a existência de uma relação de investimento direto estrangeiro;
- Importações e exportações de Bens e Serviços (% do PIB), neste caso específico determinam o peso das compras e vendas (respetivamente) de bens e serviços no PIB, realizadas entre residentes e um não residentes numa dada economia;
- Exportações dos principais bens de referência (% do total de exportações) é a representatividade de alguns bens considerados de referência para a economia angolana, no total das exportações;

- Importações dos principais bens de referência (% do total de importações) é a representatividade de alguns bens considerados de referência para a economia angolana, no total das importações;
- Comércio Global de Bens e Serviços (% do PIB) é o reflexo do peso do somatório das exportações e importações de bens e serviços no PIB a preços correntes;
- Índice *Herfindahl*, no caso específico utilizado para o cálculo da concentração das exportações, através da fórmula abaixo

$$H_i = \frac{\sqrt{\sum_{i=1}^n \left(\frac{x_i}{X}\right)^2} - \sqrt{1/n}}{1 - \sqrt{1/n}}$$

Sendo:

H_i - índice de concentração de exportação *Herfindahl* de um determinado país;
x_i - valor das exportações de produto i;
X - o valor total da exportação;
n - número de produtos

O índice *Herfindahl* varia entre zero e um, logo valores próximos de zero implicam fraca concentração das exportações e maior diversificação da economia enquanto que valores mais próximos de um indicam maior concentração das exportações, ou seja, menos diversificada é a economia;

- Índice *Doing Business* é indicador quantitativo composto de dois números, sendo a classificação (varia de 0 a 100, sendo 100 a mais alta) e o ranking (que varia de 1 a 190, sendo 1 a melhor posição), que em conjunto dão o grau de facilidade para fazer negócios;
- Índice CPIA (*Country Policies and Institutional Assessment*) calculado com base em informação qualitativa e quantitativa e avalia a qualidade das políticas das Instituições dos países. É composto por dezasseis indicadores agrupados em quatro *clusters*:
 - Gestão económica, composto por política monetária e cambial, fiscal e orçamental;
 - Políticas estruturais, engloba comércio, sector financeiro e ambiente de regulação de negócios;
 - Políticas para a inclusão social e igualdade, abarca igualdade de género, equidade no uso dos recursos públicos, recursos humanos, protecção social e trabalhista e políticas institucionais para a sustentabilidade do ambiente; e
 - Gestão do sector público e instituições, abarca direitos de propriedade e governança, qualidade da gestão financeira e orçamental, eficiência na mobilização de receitas, qualidade da administração pública, transparência e luta anticorrupção do setor público.

A classificação varia de 1 a 6, sendo 6 a maior, consiste na média simples dos indicadores que compõem os clusters.

➤ Indicadores WGI - *World Governance Indicators*

A governança consiste em todas as instituições e tradições pela qual a autoridade num país é exercida. Isto inclui o processo pelos quais os governos são selecionados, monitorizados e substituídos; a capacidade dos governos em fomentar e implementar políticas credíveis, e o respeito pelos direitos dos cidadãos e pelo Estado, pelas instituições que governam e as interações económicas e sociais entre todos eles.

Os indicadores de boa governação são seis:

- Voz e Rastreio (*Voice and Accountability*) – esta medida avalia o grau de liberdade com que os cidadãos de um país estão disponíveis para participar e eleger o governo, assim como o grau de liberdade de expressão, associação e de imprensa;
- Estabilidade Política e Ausência de Violência/ Terrorismo (*Political Stability and Absence of Violence/ Terrorism*) – mede a probabilidade de um governo ser desestabilizado por meios não constitucionais ou violentos, incluindo o terrorismo;
- Efetividade do Governo (*Government Effectiveness*) – a qualidade dos serviços públicos e a sua independência de pressões e qualidade de formulação de políticas;
- Qualidade da Regulamentação (*Regulatory Quality*) – dá-nos a habilidade do governo para fornecer políticas credíveis e regulamentos que permitam e promovam o desenvolvimento do sector privado;
- Estado de Direito (*Rule of Law*) – mede a extensão pela qual os agentes têm confiança nas regras da sociedade, incluindo a qualidade dos contratos e dos direitos de propriedade, a polícia, os tribunais, assim como a proteção contra o crime e violência; e
- Controlo da Corrupção (*Control of Corruption*) – a extensão pela qual o poder público é exercido para impedir ganhos privados ilícitos, assim como a manipulação do Estado por elites e interesses privados.

Este indicador é calculado por Daniel Kaufmann, *Natural Resource Governance Institute and Brookings Institution* e Aart Kraay, *World Bank Development Research Group*, agregando várias fontes como empresas, cidadãos e grupos de especialistas e pode ser classificado de duas formas:

- Por uma distribuição padrão com média 0 e valores entre (-2,5 e 2,5), com valores mais altos correspondes à melhor governação; e
- Pelo *ranking*, que varia de 0 a 100, sendo que 100 corresponde à melhor posição.

Em termos de limitações encontradas na recolha e tratamento de dados, importa referir o seguinte:

- O facto de não existirem dados sobre algumas variáveis, índices e países para um longo período temporal, limitou, de modo geral, a presente análise ao período seis anos

(2010 a 2015), sendo que, para outros indicadores foram considerados os anos de 2016, 2017 e 2018; e

- A observação do Índice de Gini não se aplica a este estudo de caso, visto que o mesmo é mais indicado para calcular índice o de desigualdade nos países, o que não é propriamente o foco deste trabalho.

Capítulo III - Apresentação e Análise dos Resultados

A presente análise tem como base um leque de indicadores e índices relevantes, que tanto foram determinantes para demonstrar o agravamento da crise económica e financeira que o país vive desde a queda do preço do petróleo no mercado internacional em 2014, como alguns são claramente demonstrativos das consequências da dependência de um único recurso, o petróleo, que representa atualmente 96% das exportações, bem como de grande utilidade para os estudos comparativos com outras economias.

Secção 1 – Análises de Indicadores Sobre a Economia Angolana

A seguir, podemos observar uma redução bastante significativa da taxa de crescimento do PIB (quadro 3.1), reflexo dos efeitos da crise económica gerada pela baixa do preço do petróleo, bem como a redução do PIB per capita, no mesmo período, apresentada no quadro 3.2.

Taxa de Crescimento Anual do PIB (%) de 2010 a 2015						
Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Crescimento Anual do PIB (%)	4,9	3,5	8,5	5,0	4,8	0,9

Quadro 3.1 – Taxa de Crescimento Anual do PIB de 2010 a 2015

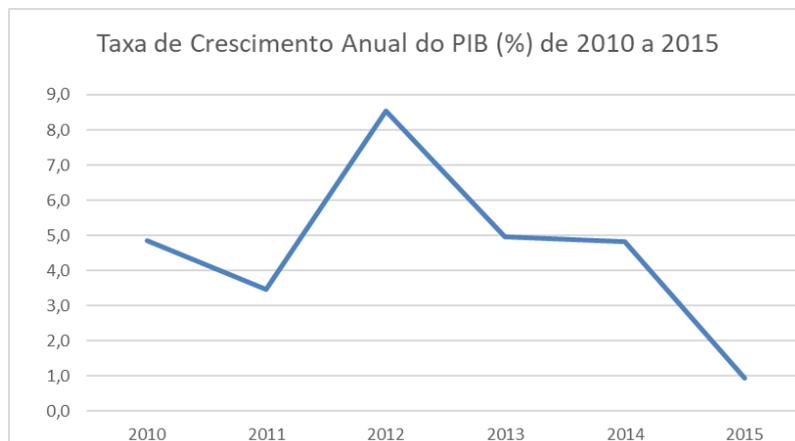


Figura 3.1 – Gráfico da Taxa de Crescimento Anual do PIB de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

PIB per Capita de 2010 a 2015						
Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB	3 587,9	4 615,5	5 100,1	5 254,9	5 408,4	4 167,0

Quadro 3.2 – PIB per Capita de 2010 a 2015

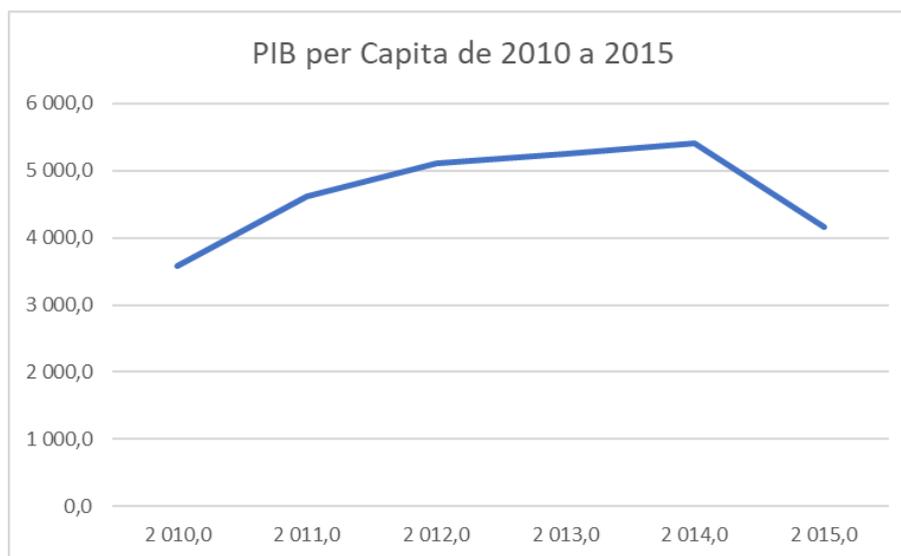


Figura 3.2 – Gráfico do PIB per Capita de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

De acordo com o quadro 3.3, observa-se uma subida gradual do preço do Brent de 2010 a 2012, seguida de redução ligeira entre 2012 e 2014 e uma descida brusca entre 2014 e 2015, tendo impacto considerável na arrecadação de receitas em moeda externa em indicadores como taxa de câmbio e inflação.

Preço médio do Petróleo Brent (USD/Barril) de 2010 a 2015						
Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Preço do Petróleo Brent	79,6	111,0	112,0	108,8	98,9	52,4

Quadro 3.3 – Preço Médio do Petróleo Brent (USD/Barril) de 2010 a 2015

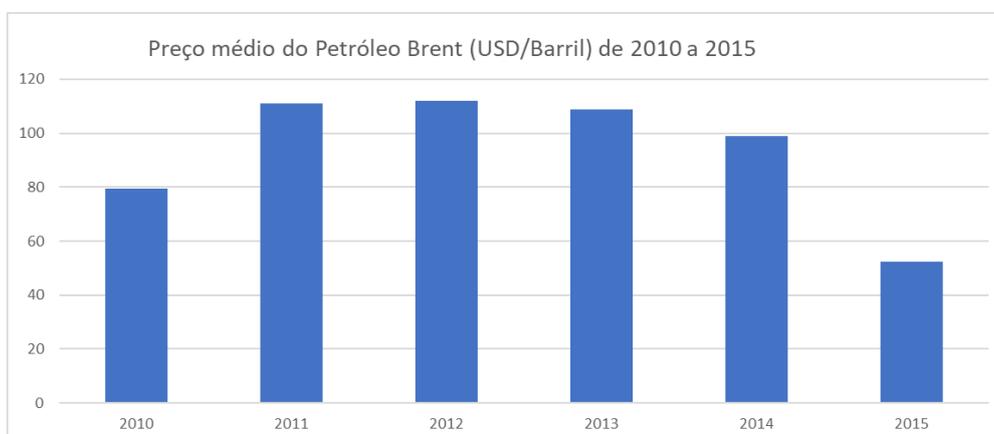


Figura 3.3 – Gráfico do Preço Médio do Petróleo Brent (USD/Barril) de 2010 a 2015

Fonte: Relatório do FMI nº18/156, junho de 2018

Relativamente à taxa de câmbio, podemos observar que de 2010 a 2015 houve uma subida gradual, o que de modo geral também se verifica em termos variação anual. Já de 2016 e 2017 verificou-se uma subida mais acentuada, provocada pela restrição em termos de moeda externa resultante da queda do preço do petróleo.

Taxa de Câmbio Oficial Média (Akz/USD) de 2009 a 2016								
Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de Câmbio Oficial Média	79,3	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	120,1	163,7

Quadro 3.4 – Taxa de Câmbio Média Oficial (Akz/ USD) de 2009 a 2016

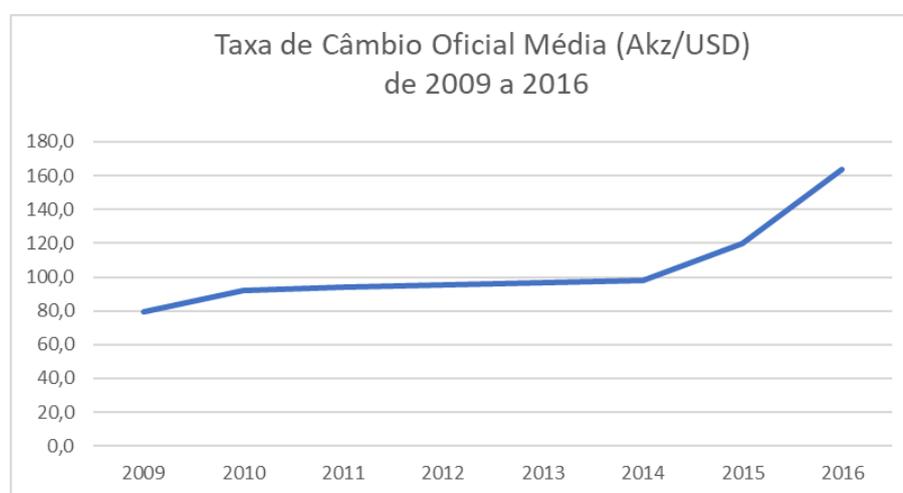


Figura 3.4 – Gráfico da Taxa de Câmbio Média Oficial (Akz/USD) de 2009 a 2016

Fonte: Relatório do FMI nº18/156, junho de 2018

Variação Anual da Taxa de Câmbio Oficial Média (Azk/USD) de 2010 a 2015						
Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Variação Anual da Taxa de Câmbio	15,9	2,2	1,6	1,1	1,8	22,1

Quadro 3.5 – Variação Anual da Taxa de Câmbio Média Oficial (Azk/USD) de 2010 a 2015

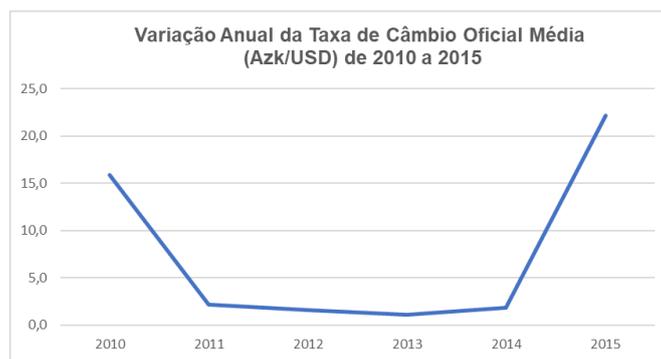


Figura 3.5 – Variação Anual da Taxa de Câmbio Média Oficial Azk/USD) de 2010 a 2015

Fonte: Relatório do FMI nº18/156, junho de 2018

O quadro seguinte mostra uma variação da taxa de câmbio real com destaque para o seu aumento considerável em 2014 (início da crise), ligeira redução em 2016 e subida muito acentuada em 2017. Aqui importa referir o impacto do IPC - Índice de Preços ao Consumidor, devido a dependência de importações de produtos da cesta básica e escassez de moeda externa (devido a queda do preço do petróleo), encarecendo estes produtos.

Houve uma desvalorização real da moeda, o que seria benéfico para as exportações em geral, caso Angola exportasse outros produtos que não apenas o petróleo.

Taxa de Câmbio Efetiva Real (com Base no IPC) de 2010 a 2017								
Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa Câmbio	100,00	103,09	113,67	119,88	125,13	124,36	121,77	152,78

Quadro 3.6 – Taxa de Câmbio Efetiva Real (com Base no IPC) de 2010 a 2017

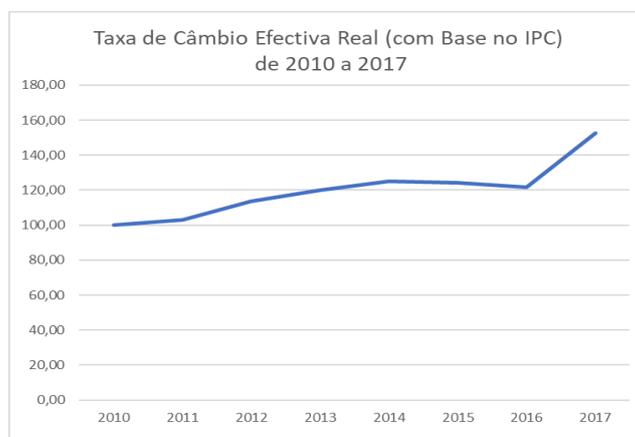


Figura 3.6 – Gráfico da Taxa de Câmbio Efetiva Real (com Base no IPC) de 2010 a 2017

Fonte: Relatório do FMI nº18/156, junho de 2018

Entre 2010 e 2014 houve uma redução da inflação, seguida de uma subida considerável em 2015, devido a escassez de divisas decorrente da redução do preço do petróleo no mercado internacional. Sendo a economia angolana muito dependente de importações, a subida da taxa de câmbio acaba por influenciar os preços ao consumidor.

Taxa de Inflação (%) entre 2010 e 2015						
Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Inflação	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3

Quadro 3.7 – Taxa de Inflação (%) entre 2010 a 2015

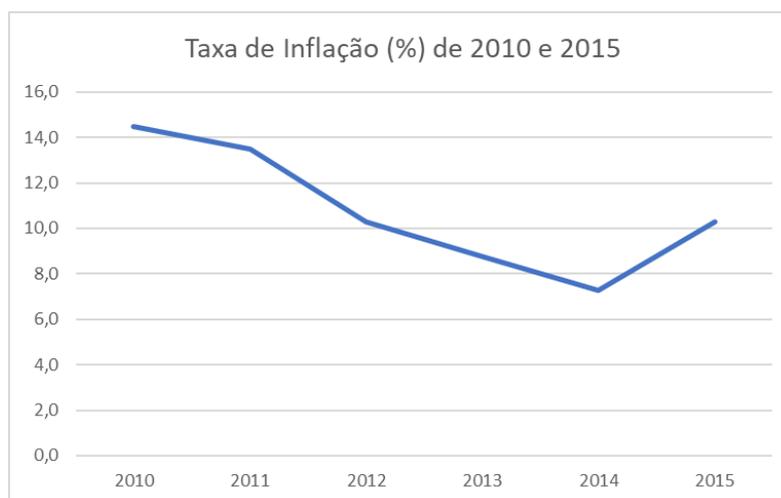


Figura 3.7 – Taxa de Inflação (%) entre 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

Apesar de ter apresentado o valor mais alto em 2010, as taxas de juro dos empréstimos na economia angolana sempre foram pouco atrativas, funcionando como uma barreira à concessão de crédito e desincentivo ao investimento privado.

Taxas de Juros do Empréstimos ao Setor Privado (%) de 2010 a 2015						
Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Juro (%)	22,5	18,8	16,7	15,8	16,4	16,9

Quadro 3.8 - Taxas de Juro dos Empréstimos ao Sector Privado (%) de 2010 a 2015

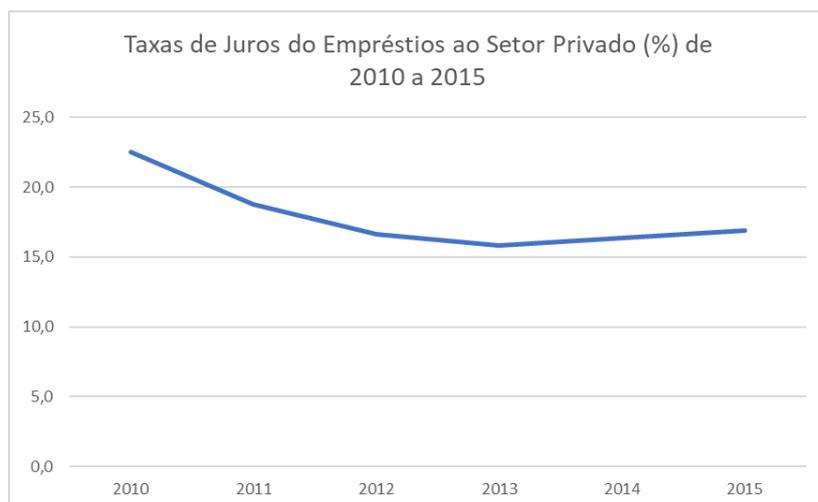


Figura 3.8 – Gráfico das Taxas de Juro dos Empréstimos ao Sector Privado (%) de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

O Quadro 3.9 mostra a tendência crescente da taxa de juro real, atingindo o seu pico em 2014, com redução considerável em 2015, apesar do reflexo contrário na taxa nominal (Quadro 3.8), devido ao feito da inflação.

Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Juro Real (%)	8,0	5,3	6,4	7,0	9,1	6,6

Quadro 3.9 – Taxa de Juro Real (%) de 2010 a 2015



Figura 3.9 – Gráfico da Taxa de Juro Real (%) de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

No quadro abaixo, podemos observar os fluxos diretos de capital estrangeiro investidos na economia Angolana, em percentagem do PIB, no período. O desinvestimento verificado entre 2010 e 2013, deve-se à crise financeira internacional que teve início em 2008 nos Estados Unidos da América, tendo-se expandido para a Europa, que ao lado da China, representava uma grande fatia de investimento em Angola, alterando-se o cenário com a recuperação das economias americana e europeia, vindo a

aumentar em 2014 e consideravelmente em 2015, pois nesta altura os efeitos da queda do preço do petróleo ainda não se tinham generalizado, facto absolutamente notável a partir de 2016.

Investimento Estrangeiro Direto (% do PIB) de 2010 a 2016							
Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Investimento Estrangeiro Directo	-3,85	-2,70	-1,14	-5,21	2,51	8,63	-0,18

Quadro 3.10 – Investimento Direto Estrangeiro (% do PIB) de 2010 a 2016



Figura 3.10 – Investimento Direto Estrangeiro (% do PIB) de 2010 a 2016

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

De acordo com o peso das exportações e importações no PIB, podemos constatar que a economia angolana caracteriza-se por uma forte dependência de importações, chegando estas a suplantarem as exportações em 2015.

Em 2015 verifica-se em simultâneo uma redução acentuada das exportações devido à queda do preço do petróleo e também das importações, devido à redução das receitas em moeda externa.

Exportações e Importações de Bens e Serviços (% do PIB) de 2010 a 2015						
Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações	61,5	60,7	55,9	50,7	44,7	29,8
Importações	42,6	39,3	35,9	36,1	34,6	33,1

Quadro 3.11 – Exportações e Importações de Bens e Serviços (% do PIB) de 2010 a 2015

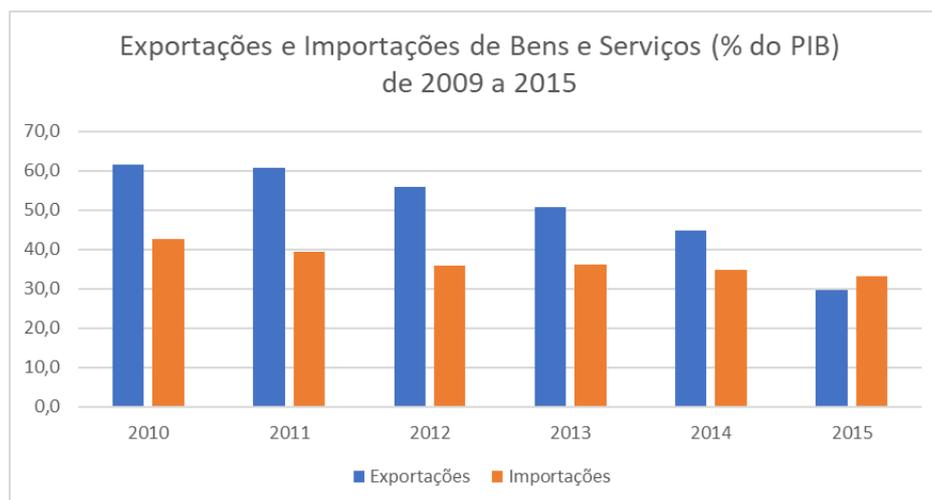


Figura 3.11 – Gráfico das Exportações e Importações de Bens e Serviços (% do PIB) de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

Em termos de comércio global, verifica-se uma redução gradual do a partir de 2010.

Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Comércio de Bens e Serviços	104,12	99,98	91,80	86,81	79,33	62,89

Quadro 3.12 – Comércio Global de Bens e Serviços (% do PIB) de 2010 a 2015

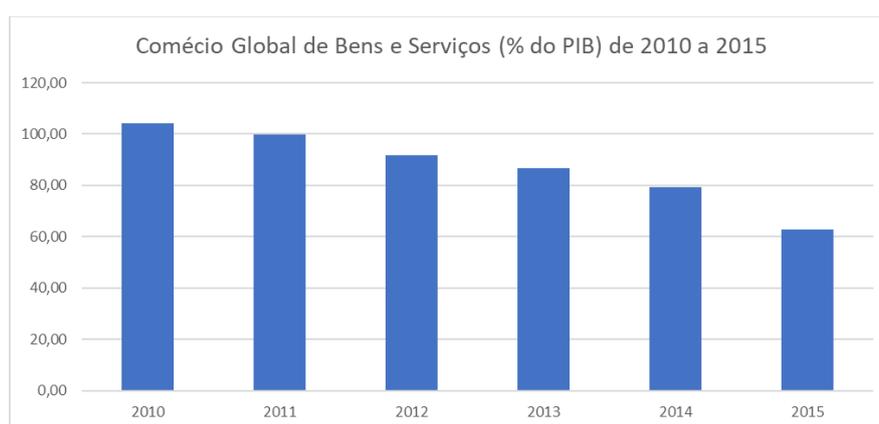


Figura 3.12 – Gráfico do Comércio Global de Bens e Serviços (% do PIB) de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

Aqui, temos uma clara visibilidade do peso do petróleo no total das exportações, refletindo assim a enorme dependência de Angola relativamente à exportação de petróleo como principal fonte de obtenção de receitas em moeda externa caracterizando uma situação de *Dutch Disease*.

		Exportação dos Principais Bens (%) de 2010 a 2015					
País	Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	Matéria-prima para Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,03
	Bens Alimentares	0,05	0,04	0,06	0,07	0,09	0,14
	Petróleo	96,53	96,56	97,18	96,68	96,19	94,99
	Bens Manufaturados	1,37	1,58	1,19	1,54	1,53	1,52
	Metais e Minerais	2,04	1,82	1,57	1,71	2,18	3,32

Quadro 3.13 – Exportações dos Principais Bens (%) de 2010 a 2015

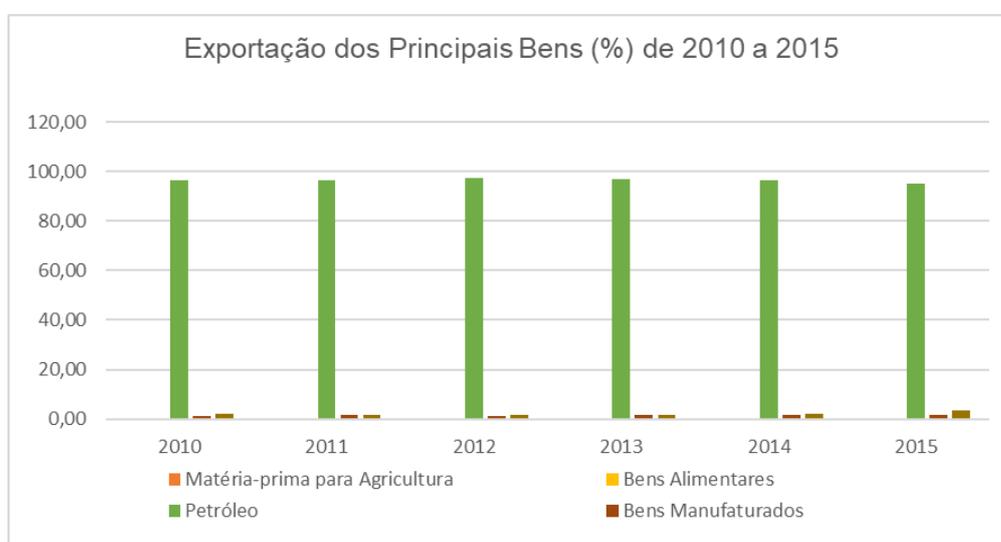


Figura 3.13 – Exportações dos Principais Bens (%) de 2010 a 2015

Fonte: *World Bank National accounts e OECD National accounts data file*

No quadro 3.14, observamos a redução das importações de petróleo refinado em 2015 e um aumento dos bens manufaturados, que incluem produtos industriais.

Os bens alimentares, por sua vez representam um volume considerável nas importações.

Não obstante o facto de a agricultura ser uma das vias para a diversificação da economia angolana, no período em análise não se verifica a aposta no sector e isto reflete-se no quadro abaixo, em que entre os três produtos mais importados encontram-se bens alimentares e o petróleo refinado e não matérias primas para a agricultura como fertilizantes, maquinaria e demais equipamentos agrícolas, visto que o país não tem capacidade produtiva para estes inputs.

Importações dos Principais Bens (%) de 2010 a 2015						
Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bens Alimentares	15,23	18,60	20,07	17,75	16,98	15,68
Petróleo Refinado	17,16	11,66	3,98	7,76	5,74	1,51
Bens Manufaturados	65,67	67,60	73,61	72,56	63,04	67,48

Quadro 3.14 - Importações dos Principais Bens (%) de 2010 a 2015

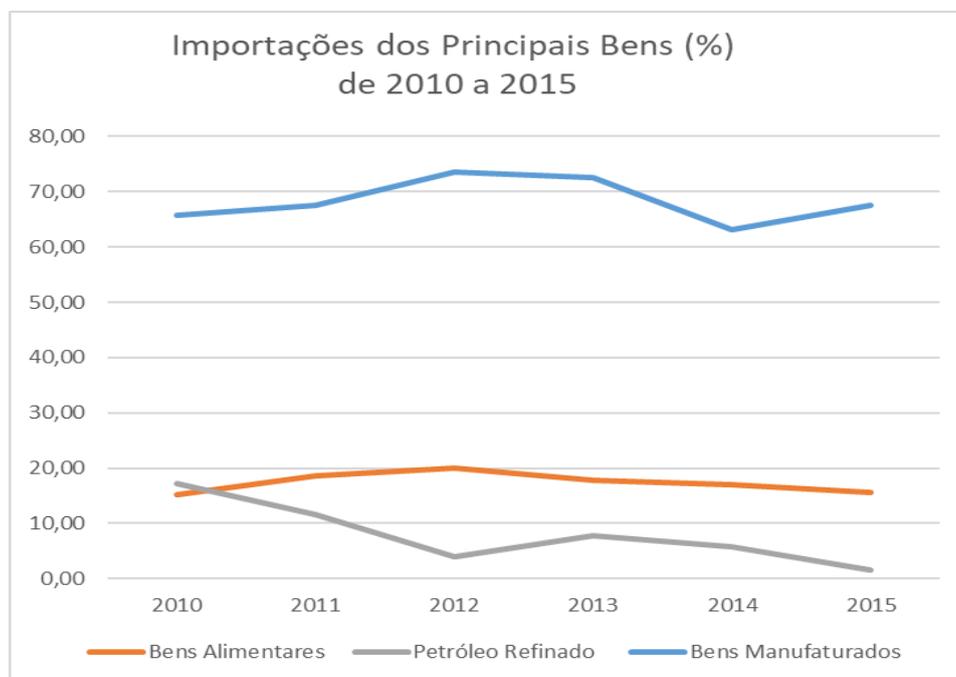


Figura 3.14 – Gráfico das Importações dos Principais Bens (%) de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

No caso de Angola, verifica-se um peso significativo dos serviços, que englobam banca, seguros, telecomunicações, etc. e da indústria, que inclui petróleo, construção, manufatura e construção.

Importa realçar que não foi possível obter dados para o peso dos minerais no PIB, de acordo com a série temporal estudada.

Sectores Significativos da Economia (% PIB) de 2010 a 2015						
Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Serviços	41,9	39,1	39,6	42,8	46,8	48,7
Indústria incluindo Manufatura e Construção	52,4	56,0	56,9	53,4	46,2	41,9
Agricultura, Floresta e Pesca	6,2	5,8	6,1	6,5	7,5	9,1

Quadro 3.15 – Sectores Significativos da Economia (% PIB) de 2010 a 2015

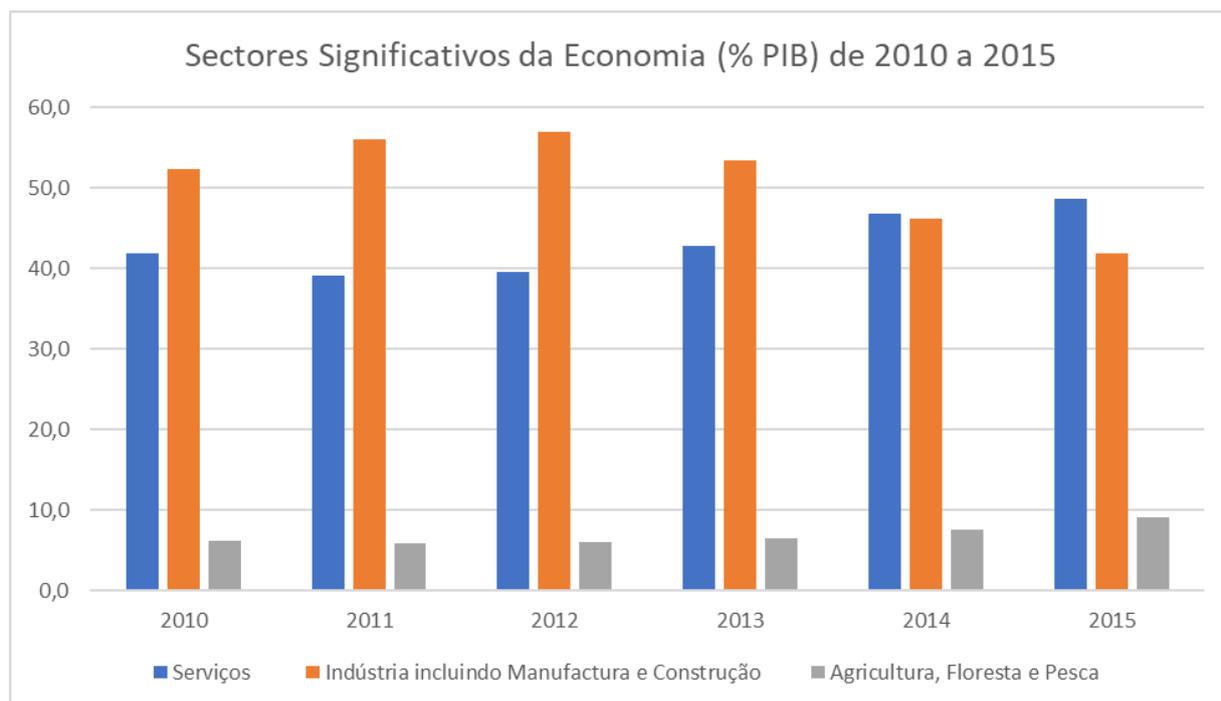


Figura 3.15 – Gráfico dos Sectores Significativos da Economia (% PIB) de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

Secção 2 - Estudos Comparativos

Os países identificados para o estudo comparativo estão inseridos no ranking de produtores de petróleo, constituído por 217 países e ocupam as posições de acordo com o quadro abaixo, onde podemos observar que Angola tem uma posição bastante favorável no ranking.

Para a análise comparativa da maior parte dos indicadores, foram eleitos a Malásia que representa uma economia saudável do sudoeste asiático, com uma industrialização recente e aberta ao mercado, com taxas de crescimento consideráveis e também produtora de petróleo, a África do Sul é a segunda maior economia da África e pouco dependente do petróleo, sendo um bom exemplo de diversificação, Uganda tem um sector agrícola muito forte, ao contrário de Angola e com algum crescimento em tecnologias de comunicação e informação (ICT).

Para o índice *Herfindahl* (em particular), foram seleccionados a Nigéria que é a maior economia da África e grande produtor de petróleo, ao lado da Argélia, Egipto, Líbia e Guiné equatorial.

Posição dos Maiores Produtores de Petróleo no Ranking Mundial (2017)	
País	Posição no Ranking Mundial
Nigéria	12
Angola	14
Argélia	18
Malásia	27
Egipto	28
Líbia	29
Guiné Equatorial	36
África do Sul	88
Moçambique	173
Uganda	205

Quadro 3.16 - Posição dos Maiores Produtores de Petróleo no Ranking Mundial (2017)

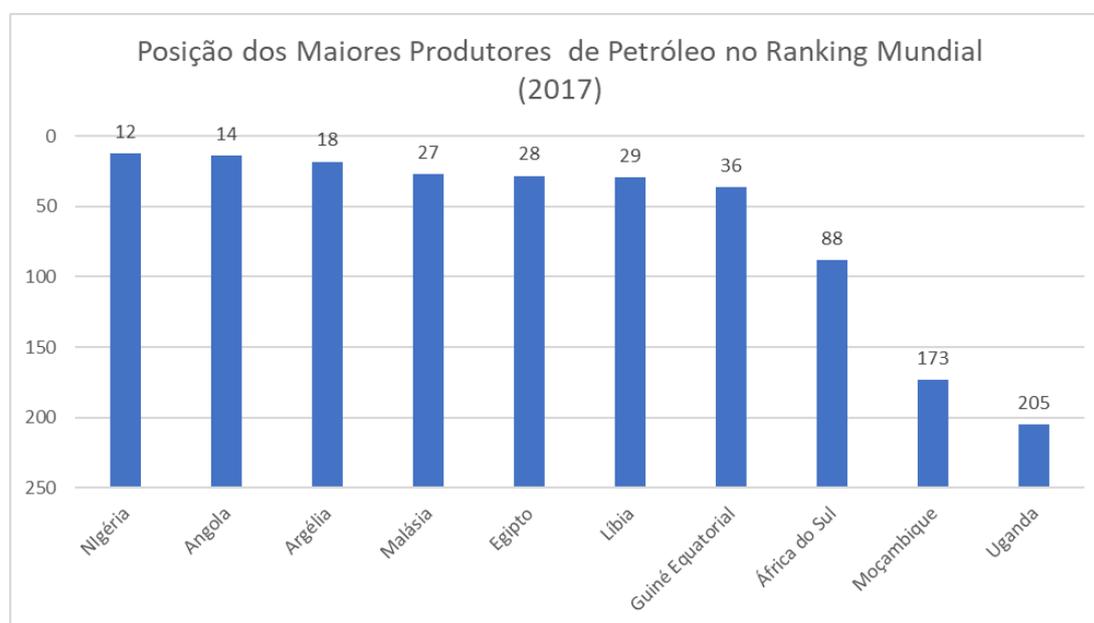


Figura 3.16 - Posição dos Maiores Produtores de Petróleo no Ranking Mundial (2017)

Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2241rank.html>

Para efeitos de *benchmark*, foram selecionados alguns indicadores e índices que concorrem para a diversificação da economia, referentes a alguns países produtores e não produtores de petróleo.

De acordo com o quadro 3.17, observam-se variações bruscas na taxa de crescimento do PIB angolano, com particular destaque para 2015, devido às consequências da crise do petróleo, acentuando-se nos anos seguintes com recessão, embora os dados não estejam compreendidos no período de análise deste trabalho.

As demais economias mostram um perfil de variação mais estável exceto o Uganda com uma subida acentuada em 2011 e declínio em 2012 e 2013.

Taxa de Crescimento Anual do PIB (%) de 2010 a 2015						
País	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	4,9	3,5	8,5	5,0	4,8	0,9
África do Sul	3,0	3,3	2,2	2,5	1,8	1,3
Uganda	5,6	9,4	3,8	3,6	5,1	5,2
Malásia	7,4	5,3	5,5	4,7	6,0	5,1

Quadro 3.17 – Comparativo da Taxa de Crescimento Anual do PIB (%) de 2010 a 2015

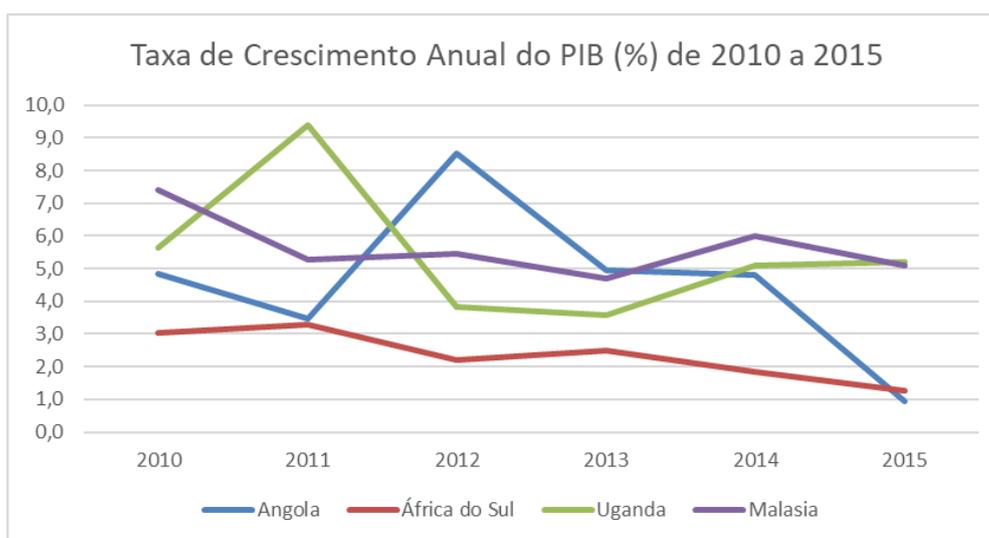


Figura 3.17 – Gráfico Comparativo da Taxa de Crescimento Anual do PIB (%) de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

A seguir temos o PIB per capita dos 4 países com realce para o Uganda com os valores mais baixos e a Malásia com um PIB per capita bastante alto em relação aos demais, claramente uma economia muito mais robusta.

PIB per Capita de 2010 a 2015						
País	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	3 587,9	4 615,5	5 100,1	5 254,9	5 408,4	4 167,0
África Sul	7 328,6	8 007,4	7 501,4	6 829,0	6 428,3	5 733,1
Uganda	622,5	602,7	668,8	689,2	739,4	709,0
Malásia	9 040,6	10 399,4	10 817,4	10 970,1	11 319,1	9 799,4

Quadro 3.18 – Comparativo do PIB per Capita de 2010 a 2015

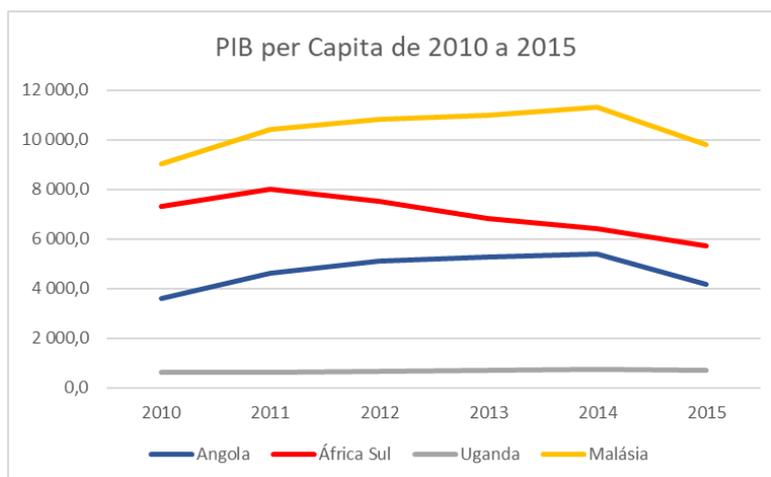


Figura 3.18 – Gráfico Comparativo do PIB per Capita de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

Quanto à taxa de câmbio face ao Dólar americano, este indicador mostra para Angola uma moeda fraca, com uma desvalorização que tende a aumentar ao longo dos anos, desde 2015, com a restrição em termos de moeda externa, dada a redução das receitas do petróleo.

No caso de Angola, uma taxa de câmbio alta (moeda fraca) não é de todo vantajosa, visto que depende de exportações de um único produto e depende excessivamente de importações, inclusive de bens de primeira necessidade. Este cenário só seria vantajoso numa economia diversificada e para produtos que de facto sejam competitivos no mercado internacional.

Taxa de Câmbio Oficial Média (Azk/USD) de 2009 a 2016								
País	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Angola	79,3	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	120,1	163,7
África do Sul	8,5	7,3	7,3	8,2	9,7	10,9	12,8	14,7
Uganda	2030,5	2177,6	2522,8	2504,6	2586,9	2599,8	3240,6	3420,1
Malásia	3,5	3,2	3,1	3,1	3,2	3,3	3,9	4,1

Quadro 3.19 – Comparativo da Taxa de Câmbio Oficial Média (Akz/USD) de 2009 a 2016

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

Em termos de Variação percentual, verificamos que em 2015 os 4 países registaram uma subida bastante acentuada.

Variação Anual da Taxa de Câmbio Oficial Média (Akz/USD) de 2010 a 2015						
País	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	15,86	2,21	1,63	1,10	1,85	22,13
África do Sul	-13,60	-0,82	13,07	17,60	12,40	17,57
Uganda	7,24	15,85	-0,72	3,29	0,50	24,65
Malásia	-8,61	-5,00	0,94	2,01	3,87	19,33

Quadro 3.20 – Comparativo da Variação Anual da Taxa de Câmbio Oficial Média (em Relação ao USD) de 2009 a 2015

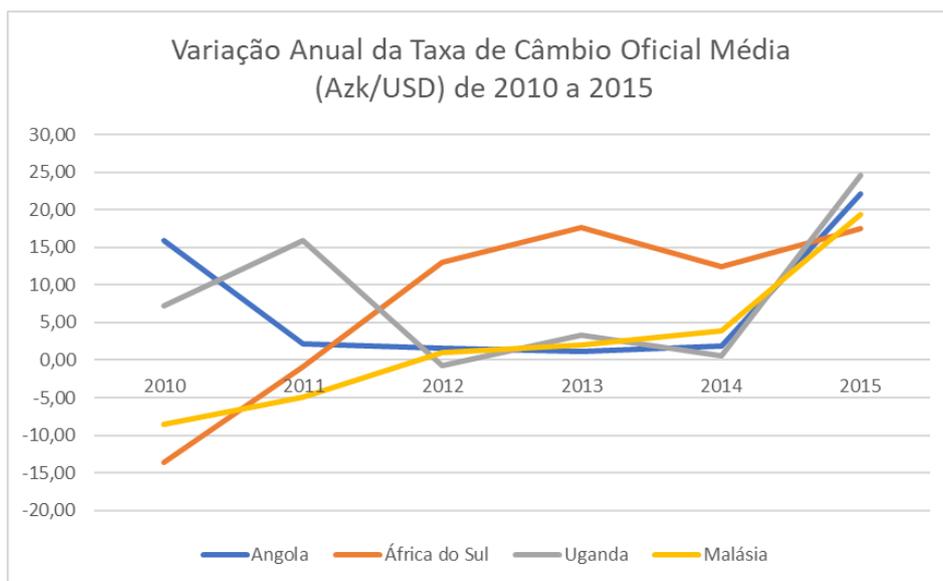


Figura 3.19 – Comparativo da Variação Anual da Taxa de Câmbio Oficial Média (Akz USD) de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

Apesar da média oficial ter demonstrado uma subida entre 2014 e 2015, a taxa real efetiva mostra uma redução, exceto para Angola, sendo que não foram encontrados dados para a Malásia relativamente a este indicador, no período analisado.

Taxa de Câmbio Efetiva Real (com Base no IPC) de 2010 a 2017								
País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Angola	100,00	103,09	113,67	119,88	125,13	124,36	121,77	152,78
África do Sul	100,00	98,28	92,38	82,02	77,02	75,07	70,36	79,33
Uganda	100,00	94,23	104,65	105,46	107,16	100,72	97,39	94,88

Quadro 3.21 – Gráfico Comparativo da Taxa de Câmbio Efetiva Real (com Base no IPC) de 2010 a 2017

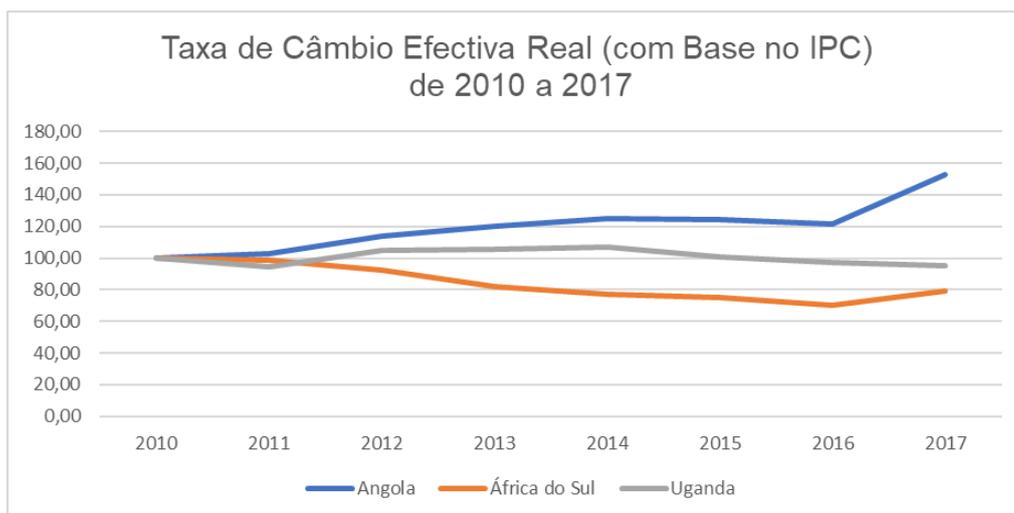


Figura 3.20 – Gráfico Comparativo da Taxa de Câmbio Efetiva Real (com Base no IPC) de 2010 a 2017

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

Vejam agora a inflação. No caso da África do Sul e Malásia, vemos uma inflação controlada, com a Malásia a apresentar valores baixos de inflação, refletindo em preços de bens e serviços controlados e incentivo ao investimento, contribuindo para o processo de diversificação da economia.

Já para a Angola registou-se ao longo do período uma redução gradual, sendo que com o impacto da crise voltou a subir em 2015, pela influência da subida da taxa de câmbio devido a necessidade de importações básicas, encarecendo assim o produto ao consumidor final, sendo que esta tendência se verifica para os anos subsequentes, revelando-se um elemento negativo para a economia e consequentemente para a diversificação.

No caso do Uganda registou em 2011 e 2012 uma alta considerável da taxa e inflação, estabilizando nos períodos seguintes.

Inflação de Preços ao Consumidor (%) de 2010 a 2015						
País	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3
África do Sul	4,1	5,0	5,7	5,8	6,1	4,5
Uganda	4,0	16,6	12,7	4,9	3,1	5,6
Malasia	1,6	3,2	1,7	2,1	3,1	2,1

Quadro 3.22 – Comparativo da Inflação de Preços ao Consumidor (%) de 2010 a 2015

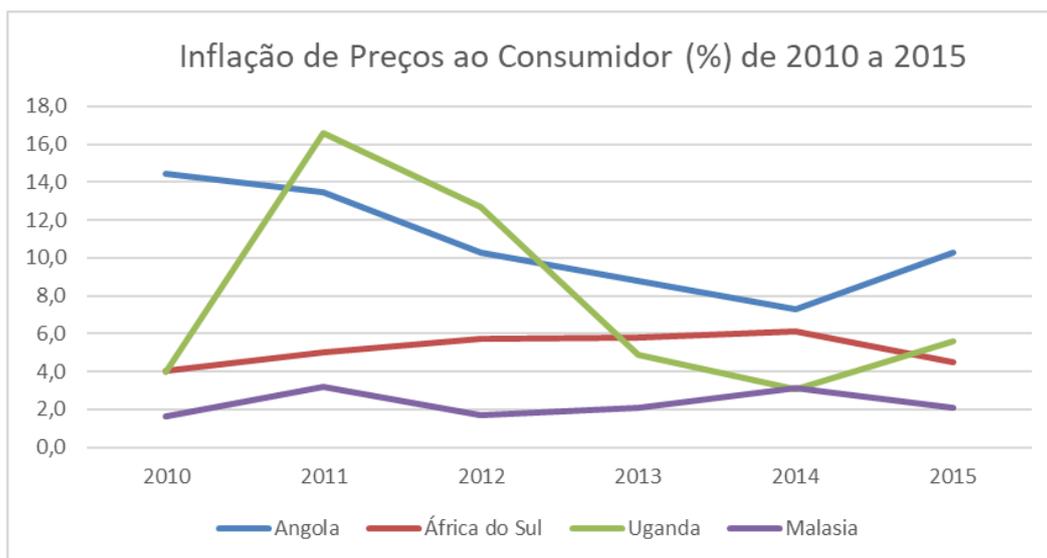


Figura 3.21 – Gráfico Comparativo da Inflação de Preços ao Consumidor (%) de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

As taxas de juro dos empréstimos em Angola e Uganda revelam-se bastante altas, atuando assim como um grande desincentivo à contratação de crédito por parte das famílias e investidores, condicionando o processo de diversificação, enquanto que a taxas de juro da economia sul africana mostram-se mais atrativas.

O grande destaque vai para a Malásia, com taxas de juro bastante estáveis e atrativas, constituindo um grande incentivo ao crédito, impulsionando a economia.

Taxa de Juro dos Empréstimos (%) de 2010 a 2015						
País	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	22,5	18,8	16,7	15,8	16,4	16,9
África do Sul	9,8	9,0	8,8	8,5	9,1	9,4
Uganda	20,2	21,8	26,2	23,3	21,6	22,6
Malásia	5,0	4,9	4,8	4,6	4,6	4,6

Quadro 3.23 - Taxa de Juros dos Empréstimos (%) de 2010 a 2015

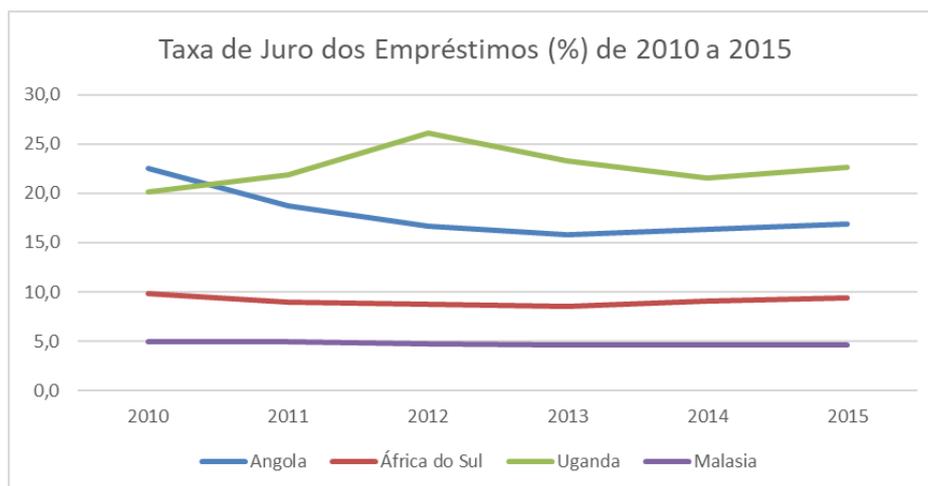


Figura 3.22 – Gráfico da Taxa de Juros dos Empréstimos (%) de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	8,0	5,3	6,4	7,0	9,1	6,6
África do Sul	5,7	4,0	3,1	2,7	3,0	4,9
Uganda	16,2	5,2	13,5	18,4	18,5	17,0
Malásia	3,4	1,7	3,1	2,5	1,5	2,4

Quadro 3.24 – Taxa de Juro Real (%) de 2010 a 2015

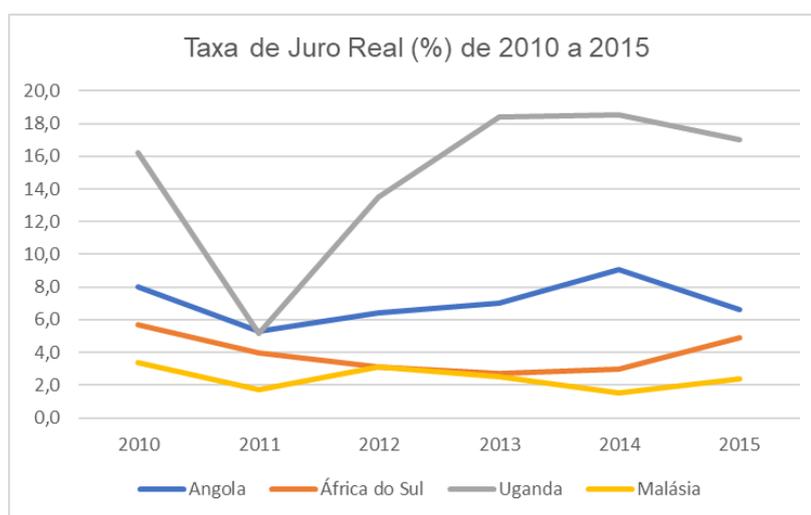


Figura 3.23 – Gráfico Comparativo da Taxa de Juro Real (%) de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

De acordo com o quadro abaixo, podemos observar que a África do Sul e Malásia concedem bastante crédito à economia, dado o peso que este representa no seu produto interno bruto, o que as caracteriza como economias bastante alavancadas.

Podemos depreender ainda que Angola e Uganda têm um longo caminho a percorrer, por forma a que o crédito concedido à economia seja um fator de peso no PIB, gerando mais investimento e emprego.

Crédito ao Sector privado (%) do PIB de 2010 a 2015						
País	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	19,9	18,8	20,1	21,4	19,9	25,2
África do Sul	149,0	139,6	146,5	149,2	151,0	147,5
Uganda	13,3	16,1	14,4	14,4	15,4	16,5
Malasia	107,1	108,4	114,1	119,9	120,6	125,1

Quadro 3.25 – Comparativo do Crédito ao Setor Privado (%) do PIB de 2010 a 2015

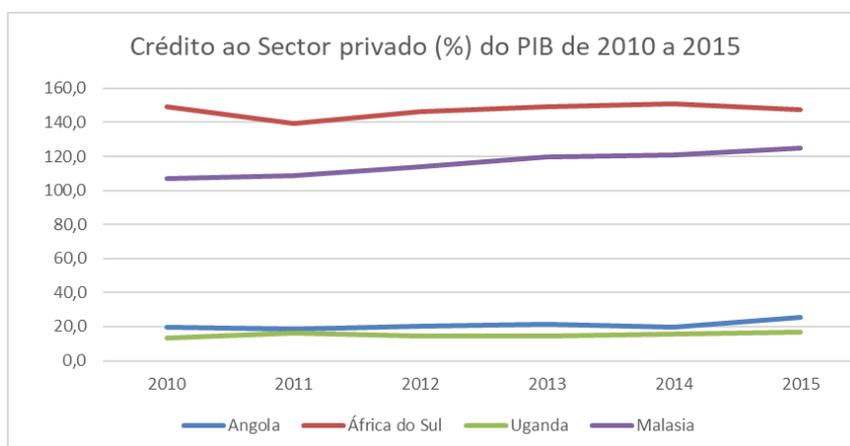


Figura 3.24 – Gráfico Comparativo do Crédito ao Setor Privado (%) do PIB de 2010 a 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

De 2010 a 2013 Angola apresenta um quadro de desinvestimento, ao contrário dos outros três países, sendo que 2015 apresenta um volume de investimento estrangeiro direto bastante alto, pois ainda não se faziam sentir os efeitos da crise neste indicador, contrariando a tendência da África do Sul e Uganda.

Em 2016 verificou-se uma grande redução do peso do IDE no PIB angolano, devido a crise económica e financeira.

É importante destacar que a Malásia, pelos Indicadores analisados mostra uma grande capacidade de atração de IDE contribuindo para o nível de diversificação da sua economia.

Investimento Estrangeiro Direto (% do PIB) de 2010 a 2016							
País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Angola	-3,85	-2,70	-1,14	-5,21	2,51	8,63	-0,18
South Africa	0,98	0,99	1,17	2,25	1,65	0,48	0,75
Uganda	2,69	4,43	5,21	4,46	3,88	2,72	2,59
Malaysia	4,27	5,07	2,83	3,49	3,14	3,32	4,54

Quadro 3.26 – Comparativo do Investimento Estrangeiro Direto (% do PIB) de 2010 a 2016

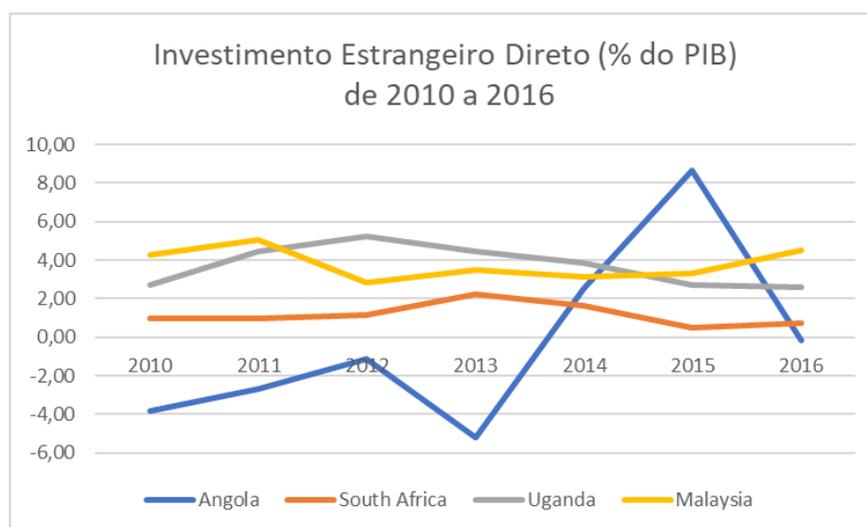


Figura 3.25 – Gráfico Comparativo Investimento Direto Estrangeiro (% do PIB) de 2010 a 2016

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

O Quadro 3.27 mostra a concentração excessiva das exportações de Angola no petróleo, sendo um grande indicador da Fraca diversificação da economia, enquanto que as exportações da África do Sul e Malásia têm predominância em bens manufaturados (incluindo indústria ligeira) e o Uganda em matéria-prima para a agricultura.

Exportações dos Principais Bens (% do Total de Exportações) 2015		
País	Indicador	%
Angola	Matéria-prima para Agricultura	0,03
	Bens Alimentares	0,14
	Petróleo	94,99
	Bens Manufaturados	1,52
	Metais e Minerais	3,32
África do Sul	Matéria-prima para Agricultura	2,17
	Bens Alimentares	11,29
	Petróleo	10,18
	Bens Manufaturados	50,82
	Metais e Minerais	24,69
Uganda	Matéria-prima para Agricultura	4,86
	Bens Alimentares	67,71
	Petróleo	1,08
	Bens Manufaturados	24,64
	Metais e Minerais	0,49
Malásia	Matéria-prima para Agricultura	1,84
	Bens Alimentares	10,85
	Petróleo	16,09
	Bens Manufaturados	66,93
	Metais e Minerais	3,94

Quadro 3.27 – Comparativo das Exportações dos Principais Bens em % do Total de Mercadorias Exportadas 2015

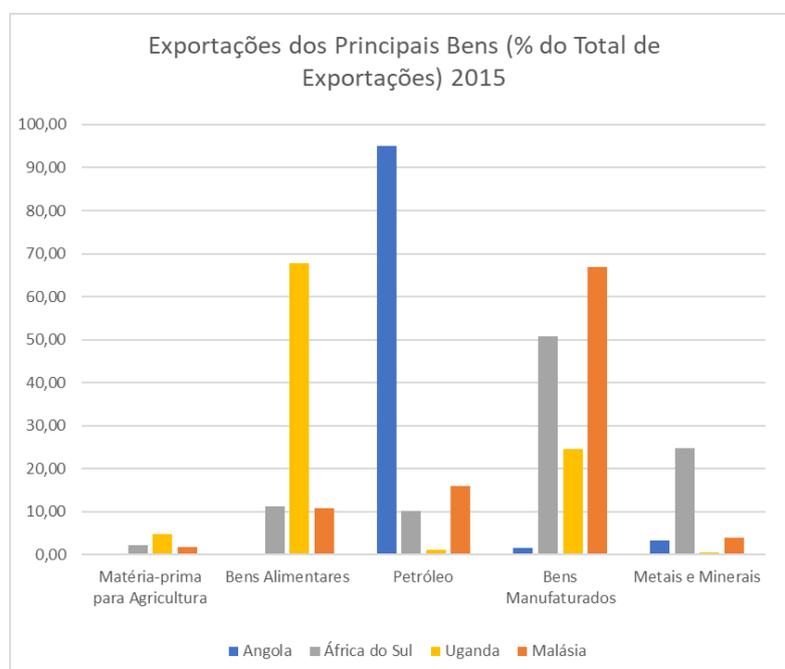


Figura 3.26 – Gráfico Comparativo da Exportação dos Principais bens (% do Total de Mercadorias Exportadas) em 2015

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

- Índice *Herfindahl*

Os estudos revelam um índice *Herfindahl* para Angola relativamente à elevada concentração das exportações no petróleo, em média de 0,96 entre 2010 e 2013, muito próximo de 1 (valor máximo), sendo que a conclusão retirada do quadro está de acordo com o retratado nesta Dissertação tendo em conta a análise dos dados sobre as exportações.

Índice Herfindahl para Angola de 2010 a 2013				
Indicador	2010	2011	2012	2013
Índice Herfindahl	0,966	0,964	0,966	0,968

Quadro 3.28 – Índice *Herfindahl* para Angola de 2010 a 2013

- Índice *Doing Business*

É um indicador quantitativo que fornece dados sobre o grau de facilidade para fazer negócios. É composto por dois itens, nomeadamente a classificação que varia de 0 a 100, sendo 0 a nota mínima e 100 a nota máxima, obtida de 10 tópicos pré-definidos pelo Banco Mundial, nomeadamente abertura de empresa, obtenção de alvarás de construção, acesso à eletricidade, registo de propriedades, obter crédito, proteger os investidores minoritários, pagamento de impostos, negociar além das fronteiras, fazer cumprir contratos e resolver a insolvência, sendo que a pontuação de cada tópico tem o mesmo peso e quanto mais alta a média melhor o posicionamento no ranking.

O ranking das economias varia entre 1 e 190 em termos da facilidade de fazer negócios. Próximo de 1 significa o um ambiente muito propício à realização de negócios e 190 o pior ambiente para fazer negócios, logo uma posição pior no ranking.

O quadro 3.29, apresenta a posição no ranking *Doing Business*, dos países eleitos para as várias análises realizadas neste estudo comparativo, com destaque para Angola, que apresenta uma posição bastante desfavorável, no que diz respeito ao requisito ambiente de negócios, que concorre seriamente para a atração de investimento e conseqüentemente para a diversificação.

Posição no Ranking Mundial Doing Business (2018)	
País	Posição no Ranking Mundial
Malásia	15
África do Sul	82
Egipto	120
Uganda	127
Moçambique	135
Nigéria	146
Argélia	157
Angola	173
Guiné Equatorial	177
Líbia	186

Quadro 3.29 – Posição no Ranking Mundial Doing Business (2018)

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business 2018* e cálculos do corpo técnico do FMI

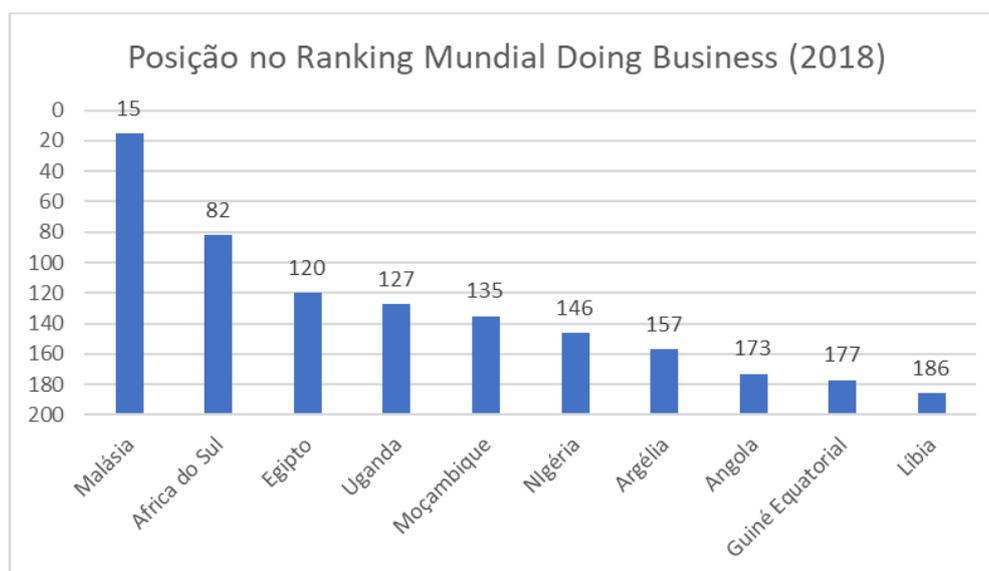


Figura 3.27 – Gráfico do Ranking Mundial Doing Business

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business 2018* e cálculos do corpo técnico do FMI

As figuras 3.28 e 3.29 refletem a classificação e o enquadramento no *ranking*, respetivamente, de cada tópico do índice *Doing Business*, para o caso de Angola, reforçando a importância da criação de medidas para a melhoria dos investimentos.

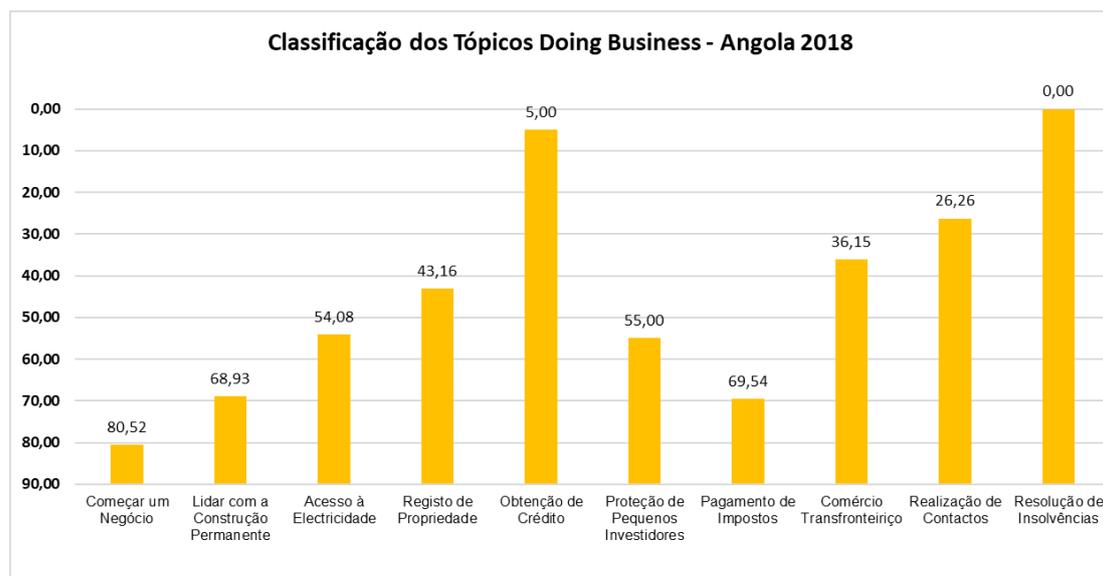


Figura 3.28 – Classificação nos Tópicos Doing Business para Angola de 2018

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business 2018* e cálculos do corpo técnico do FMI

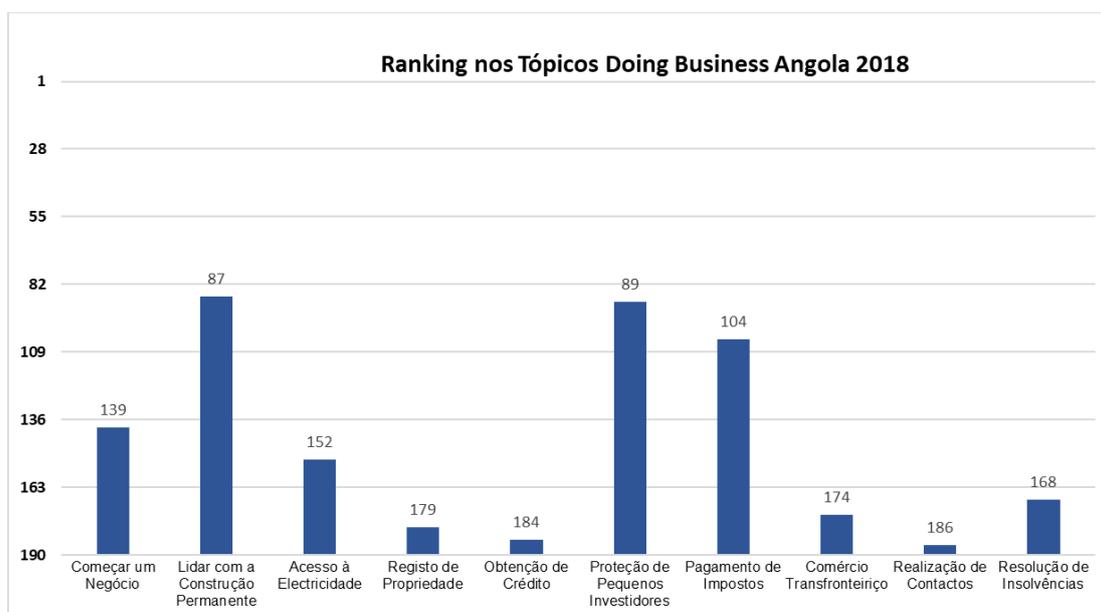


Figura 3.29 – Enquadramento no Ranking dos Tópicos Doing Business Angola de 2018

Fontes: Banco Mundial, *Doing Business 2018* e cálculos do corpo técnico do FMI

Na figura 3.30, podemos observar que Angola tem uma classificação de 43,86 e ocupa a posição 173 no ranking de 190 países, claramente desfavorável à atração de investimento, dando a visão do logo percurso que Angola deverá fazer para alterar o seu ambiente de negócios.

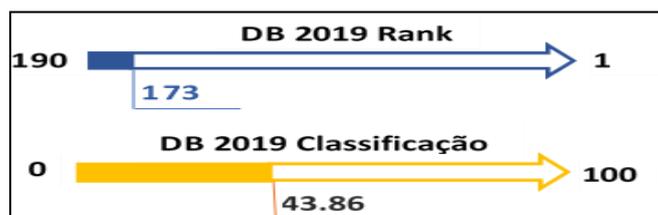


Figura 3.30 – Ranking e Classificação dos Tópicos Doing Business Angola de 2019

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business 2019* e cálculos do corpo técnico do FMI

Importa referir que no caso de Angola e por recomendação do FMI de acordo com o que são as boas práticas no que diz respeito à realização de negócios, houve uma adequação da legislação para o efeito, nomeadamente:

- ✓ Lei de Probidade Pública (Lei n.º 3/10, de 29 de março) é o principal código de conduta para os funcionários públicos. Incorpora cláusulas contra a prática de suborno que anteriormente estavam distribuídas em vários diplomas;
- ✓ A alteração da Lei da Contratação Pública (Lei n.º 20/10, de 7 de setembro), para a Lei n.º 9/16, de 16 de junho, foi um passo no sentido de mais eficiência, transparência, imparcialidade e comportamento ético no processo de contratação pública; e
- ✓ Revisão da Lei do Investimento Privado (Lei n.º 14/15, de 11 de agosto), dando origem à Nova Lei do Investimento Privado (Lei n.º 10/18, de 26 de junho), ajudar a atrair o IDE. Esta lei protege o investidor contra o risco de expropriação pelo Estado e concede incentivos fiscais condicionados por determinados critérios, como o número de empregos criados, a localização geográfica, o valor do investimento e o sector da economia.

- Índice CPIA (Country Policy and Institutional Assessment)

O quadro e o gráfico abaixo mostram a classificação deste índice (de acordo com os *clusters* que o compõem) para Angola comparativamente a outros países. No caso de Angola nota-se uma posição claramente desfavorável relativamente aos outros países e a média da África Subsariana, de acordo com os valores da classificação geral em destaque no quadro.

Índice CPIA de 2013				
Indicador	Angola	Nigéria	Moçambique	Média da África Subsariana
Gestão Económica	3,0	4,5	4,2	3,4
Políticas Estruturais	2,7	3,5	3,5	3,2
Políticas Para a Inclusão Social e Igualdade	2,7	3,6	3,5	3,3
Gestão do Sector Público e Instituições	2,3	2,8	3,3	2,9
Classificação Geral CPIA	2,7	3,6	3,6	3,2

Quadro 3.30 – Comparativo do Índice CPIA de 2013

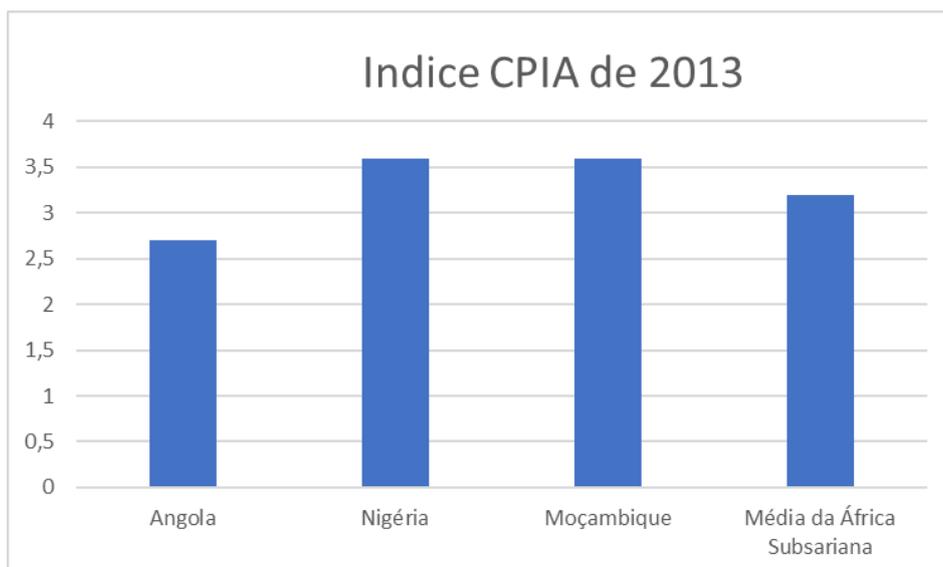


Figura 3.31 – Comparativo do Índice CPIA de 2013

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

- Indicadores WGI (*World Governance Indicators*)

De acordo com os indicadores de governação analisados abaixo, podemos observar que para a maior parte deles, Angola tem a pior nota e conseqüentemente pior classificação no ranking de governação, exceto no indicador Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo, em que perde a posição para o Uganda.

Outro grande destaque vai para a Malásia, que obteve a melhor nota em todos os indicadores exceto no indicador de Voz e Rastreo.

Voz e Rastreo 2017				
Países	Nº de Fontes	Nota de Governança (-2,5 to +2,5)	Classificação no Ranking	Erro Padrão
Angola	11	-1,10	17,73	0,13
África do Sul	16	0,64	68,97	0,12
Uganda	15	-0,59	31,03	0,12
Malásia	13	-0,40	34,48	0,13

Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo 2017				
Países	Nº de Fontes	Nota de Governança (-2,5 to +2,5)	Classificação no Ranking	Erro Padrão
Angola	6	-0,29	34,29	0,22
África do Sul	9	-0,27	35,71	0,21
Uganda	8	-0,56	27,14	0,21
Malásia	9	0,16	52,38	0,21

Quadro 3.31 – Voz e Rastreo 2017 e Quadro 3.32 – Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo 2017

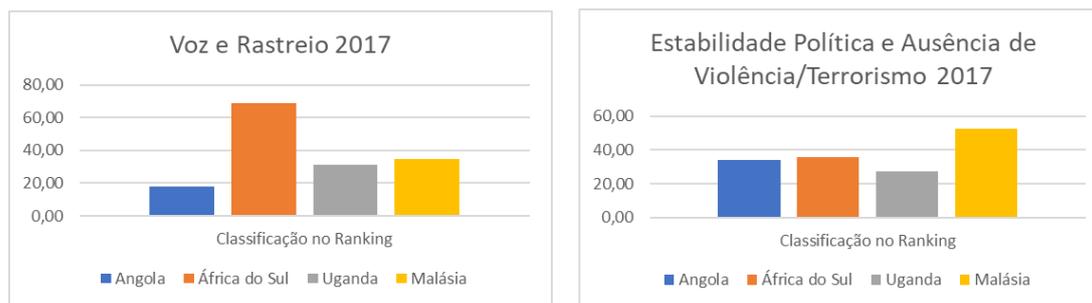


Figura 3.32 – Gráfico da Voz e Rastreo 2017 e Figura 3.33– Gráfico da Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo 2017

Efetividade do Governo 2017				
Países	Nº de Fontes	Nota de Governança (-2,5 to +2,5)	Classificação no Ranking	Erro Padrão
Angola	9	-1,03	14,90	0,19
África do Sul	13	0,28	65,38	0,17
Uganda	12	-0,58	31,73	0,18
Malásia	9	0,84	76,44	0,20

Qualidade de Regulamentação 2017				
Países	Nº de Fontes	Nota de Governança (-2,5 to +2,5)	Classificação no Ranking	Erro Padrão
Angola	9	-1,04	12,50	0,18
África do Sul	12	0,23	62,50	0,16
Uganda	11	-0,22	45,67	0,17
Malásia	10	0,68	74,52	0,19

Quadro 3.33 – Efetividade do Governo 2017 e Quadro 3.34 – Qualidade de Regulamentação 2017

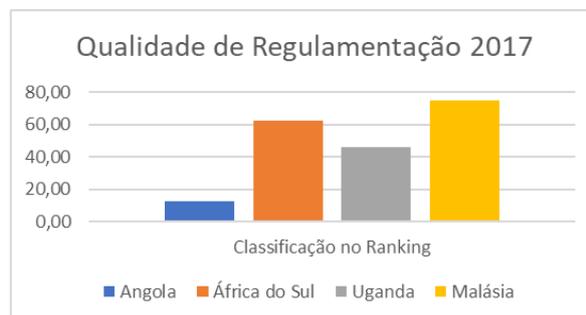
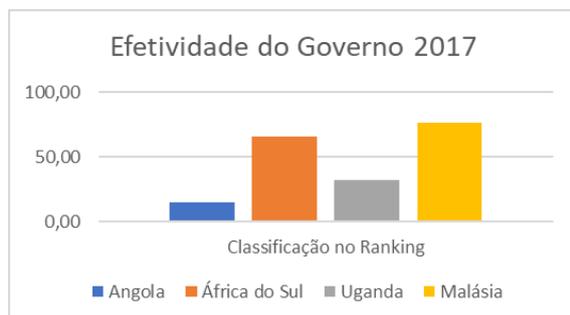


Figura 3.34 – Gráfico da Efetividade do Governo 2017 e Figura 3.35 – Gráfico da Qualidade de Regulamentação 2017

Estado de Direito 2017				
Países	Nº de Fontes	Nota de Governança (-2,5 to +2,5)	Classificação no Ranking	Erro Padrão
Angola	11	-0,10	11,54	0,16
África do Sul	16	0,01	52,40	0,14
Uganda	15	-0,30	42,31	0,14
Malásia	12	0,41	64,90	0,16

Controlo de Corrupção 2017				
Países	Nº de Fontes	Nota de Governança (-2,5 to +2,5)	Classificação no Ranking	Erro Padrão
Angola	10	-1,41	6,25	0,14
África do Sul	16	-0,01	56,73	0,12
Uganda	15	-1,04	13,94	0,13
Malásia	13	0,03	58,17	0,12

Quadro 3.35 – Estado de Direito 2017 e Quadro 3.36 – Controlo da Corrupção 2017

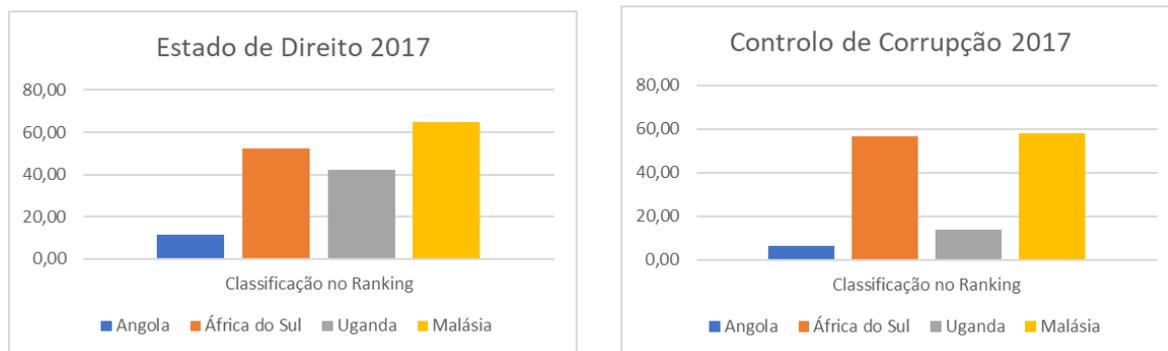


Figura 3.36 – Gráfico do Estado de Direito 2017 e Figura 3.37 – Gráfico do Controlo da Corrupção 2017

Fonte: World Bank National accounts e OECD National accounts data file

Secção 3 – Resposta às Questões de Investigação

Questão 1

Quais os fatores que condicionam a diversificação da economia em Angola?

Como fatores condicionantes da diversificação da economia angolana, podemos identificar a excessiva concentração das exportações no petróleo, o ambiente macroeconómico pouco estável (de acordo com a evolução demonstrada pelas variáveis como PIB, taxas de juro, câmbio, Inflação, etc.), o ambiente de negócios pouco atrativo ao investimento, a falta de confiança nas instituições do estado, a falta de infraestruturas (rede de abastecimento de água e energia elétrica, telecomunicações, transportes, etc), a baixa qualificação e especialização do capital humano e a fraca inovação tecnológica.

Questão 2

Em Angola, é possível haver desenvolvimento sustentado dependendo apenas do petróleo?

Não é possível uma economia gerar desenvolvimento sustentado dependendo de um único recurso, pois torna-se muito vulnerável às variações do seu preço no mercado internacional, condicionando as reservas em moeda externa e nacional indispensáveis a tal desenvolvimento. No caso do petróleo, há também o risco de escassez, devido ao facto de se tratar de um recurso finito.

Questão 3

De que forma o ambiente de negócios influencia a diversificação da economia Angolana?

O ambiente de negócios é um item fundamental para a atração de investimentos necessários à diversificação da economia. De acordo com a metodologia *Doing Business*, existem dez tópicos (vide quadros 3.30 e 3.31) que concorrem para classificação de uma economia quanto à facilidade de fazer negócios.

Na realidade Angolana, estes tópicos representam entraves à realização de negócios justificando o fraco posicionamento no ranking, influenciando negativamente o nível de atração de investimentos e consequentemente a diversificação.

Secção 4 - Discussão dos Resultados

De modo geral os resultados desta investigação convergem com os apresentados na literatura abordada. O quadro seguinte é o resumo dos principais aspetos em comum, ou seja, dos elementos que foram identificados pela literatura e validados pela presente Dissertação.

Nº	Autores	Ano	Título	Conclusões Comuns à Dissertação
1	Jornal de Negócios	(2019)	Entrevista a Bastonário da Ordem dos Economistas de Angola, Fausto Simões	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro macroeconómico pouco favorável ao IDE; - Pouca maturidade das Instituições do Estado e Entidades de Governação.
2	Ennes <i>et al.</i>	2018	Política Económica da Banca em Angola entre 2003 e 2013	<ul style="list-style-type: none"> - Importância do papel do crédito bancário na dinamização da economia.
3	Rocha <i>et al.</i>	2016	Estudos Sobre a Diversificação da Economia em Angola	<ul style="list-style-type: none"> - Dependência económica relativamente ao petróleo; - Concentração das exportações; - Efeito <i>Dutch Disease</i>; - Ambiente de negócios Desfavorável; - Importância dos recursos humanos e inovação tecnológica; - Necessidade de um novo quadro político; e - Capital humano e inovação tecnológica.
4	Cerqueira	2016	Nova Economia Angolana	<ul style="list-style-type: none"> - O impacto do choque petrolífero sobre as demais variáveis causando desequilíbrios na economia; - Ambiente de negócios desfavorável; e - Necessidade de um novo quadro político e de confiança nas instituições.

Nº	Autores	Ano	Título	Conclusões Comuns à Dissertação
5	Cole <i>et al.</i>	2015	Como Angola e a Nigéria Aproveitaram os Recursos do Petróleo entre 1970-2000	- Necessidade de criação de uma política de diversificação.
6	Vunje	2015	Desenvolvimento e Sector Externo	- Adequação de políticas monetárias e fiscal; - Controlo do câmbio e da inflação; - Estabilização macroeconómica; - Desenvolvimento estrutural e sectorial da economia não petrolífera; e - Restauração de infraestruturas, favorecendo novos negócios.
7	Vidal <i>et al.</i>	2011	Economia Política e Desenvolvimento em Angola	- Crescimento sem desenvolvimento, com a evolução do PIB sem reflexo noutras esferas da economia; - Medidas de política monetária, cambial, fiscal e outras para propiciar o ambiente macroeconómico; - Peso significativo do petróleo no PIB face aos outros sectores; e - O petróleo é a maior fonte de receitas

Quadro 3.37 – Comparação dos resultados de investigação com a literatura

Secção 5 – Políticas e Condições para a Viabilização da Diversificação

No que diz respeito à implicação de política económica, de acordo com o relatório do FMI nº 187/156, de Maio de 2018, a estabilidade económica e financeira e o conseqüente processo de diversificação requerem alguns esforços em termos de adequação de políticas nas várias esferas da economia, nomeadamente:

- **Política Fiscal**

Implementar reformas fiscais estruturais como a criação de um quadro fiscal para a aplicação eficiente das receitas petrolíferas, diversificar as receitas não petrolíferas por meio de medidas de expansão da base tributária, através da implementação do imposto sobre valor acrescentado (IVA), maior controlo na arrecadação do imposto predial urbano, criação de incentivos para aproveitamento do potencial tributário da economia informal, bem como o aumento da eficiência da Administração Geral Tributária (AGT), quanto à arrecadação de receitas e melhoria dos mecanismos para o efeito.

- **Política Monetária**

Para melhoria do quadro de política monetária, o BNA adotou medidas restritivas, tendo a base monetária como âncora para controlar a inflação, que reduziu de 23,7% para 18,2 % de 2017 a 2018, apesar da forte desvalorização da moeda, uma vez que uma inflação controlada e baixa é condição indispensável para o esforço de diversificação a realizar.

A taxa de Juro anual do mercado primário está em 15,75%, devendo esta baixar para com o objetivo de tornar o crédito mais atrativo.

- **Política Cambial**

Neste âmbito é importante reequilibrar o mercado cambial e aumentar o papel da taxa de câmbio como amortecedor dos preços, para tal houve uma forte depreciação da moeda em janeiro de 2018 em termos nominais em relação ao USD e ao Euro, de 30% e 42% respetivamente.

A remoção das restrições na aquisição de divisas fez com que o gap entre o câmbio oficial e informal reduzisse consideravelmente.

As reservas internacionais estimam-se em cerca de 11,1 mil milhões de USD, equivalente a cinco meses de importações para 2019.

- **Sistema financeiro**

Para a saída da crise e atingir o objetivo de diversificação é necessária a criação de um sistema financeiro robusto, aliado às boas práticas internacionais e capaz de apoiar os vários setores da economia. Para o efeito perspetiva-se a melhoria do sistema financeiro a médio prazo com a atualização dos regulamentos de gestão prudencial, a adoção de uma supervisão baseada no risco, o reforço do quadro de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, da resiliência do sector financeiro para atenuar a perda de relações de correspondência bancária, visto que há a necessidade de maior solidez e credibilidade do sistema financeiro angolano, por formas a garantir a realização de operações cambiais junto de bancos estrangeiros e maior recetividade à conceção de crédito para financiamento de projetos das PME.

Como solução para o elevado crédito malparado e restaurar os balanços dos bancos públicos conta-se com o repatriamento de capital ilegal, que será viabilizado pela Lei de Repatriamento de Recursos Financeiros (Lei n.º 9/18, de 26 de junho).

- **Ambiente de negócios**

Para atingir o objetivo de diversificação da economia, um dos itens fundamentais é a criação de condições para um ambiente favorável à realização de negócios como forma de atrair investidores nacionais e estrangeiros, para captar recursos, dada a escassez de meios do Estado para o efeito, pelo que menciono algumas medidas:

- Assegurar os direitos de propriedade e o cumprimento de contratos;
- Aumentar a confiança e eficiência das Instituições do Estado;
- Tornar mais simples e célere o procedimento para a emissão de vistos de trabalho e de residência;
- Simplificar concessão de licenças, os procedimentos aduaneiros e outros para exportações e importações;
- Fortalecer as agências anticorrupção, aumentando os seus recursos materiais e humanos e melhorando a colaboração com outras Instituições;
- A melhoria e a aplicação efetiva das leis anticorrupção e de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- Aumentar a responsabilização, a transparência e a supervisão das empresas do sector empresarial público, fortalecendo o Instituto para o Sector Empresarial Público e garantindo que as demonstrações financeiras sejam auditadas.

Para suportar as medidas acima referidas, efetuou-se a revisão do quadro legal inerente, que será de grande utilidade para o desenvolvimento do setor privado, tal como:

- Nova Lei do Investimento Privado (Lei n.º 10/18, de 26 de Junho), revogou a anterior Lei (n.º 14/15) que elimina a exigência de investidores estrangeiros terem de identificar um parceiro local para investir em setores prioritários, elimina os níveis mínimos de Investimento Estrangeiro Direto (IDE) e estabelece cláusulas de caducidade mais rigorosas para os incentivos fiscais, como o número de empregos criados, a localização geográfica, o valor do investimento e o sector económico. Existe ainda uma agência especializada para atender os investidores (APIEX), que irá apoiar os esforços das autoridades para atrair IDE e diversificar as exportações.
- Lei de Repatriamento de Recursos Financeiros (Lei n.º 9/18, de 26 de junho), incentiva o repatriamento voluntário de recursos financeiros domiciliados no exterior por cidadãos nacionais e empresas com sede em território nacional.
- A alteração da Lei da Contratação Pública (Lei n.º 9/16, de 16 de Junho) que revogou a Lei n.º 20/10, foi um passo importante no sentido de mais eficiência e transparência na contratação pública.

- Nova Lei da concorrência (Lei n.º 5/18, de 10 de Maio), estabelece a base legal para promover um aumento da concorrência nos mercados internos, bem como a criação da Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC) para garantir a aplicação da mesma.

Como resposta à pergunta de investigação, conclui-se de extrema importância, além dos aspetos já referidos, a existência de planos estratégicos, alguns deles já em fase de implementação.

- **PRODESI - Programa Produção Nacional, Diversificação da Exportações e Substituição das Importações**

Reconhecida a enorme dependência de importações sobretudo no que diz respeito aos bens alimentares (incluindo os de primeira necessidade) e derivados de petróleo, foi recentemente criado, por forma a promover a produção local de bens e serviços como alimentos (a partir da pesca e agroindústria), petróleo e gás, mineração, turismo, transporte e logística, reduzindo desta forma a necessidade de divisas para fazer face às importações de bens e serviços de primeira necessidade e criando fontes alternativas de receitas em moeda externa (admitindo a existência de excedente para exportação), estimulando ainda a atividade económica local com a criação de emprego e aumento das receitas fiscais do estado, que permitiria equilibrar a balança de pagamentos e geraria novos inputs para a economia.

Porém, existem aspetos que poderão condicionar este Plano, visto que a economia angolana carece de investimento estrangeiro e conhecimento especializado, o ambiente para os negócios não se mostra ainda favorável. De acordo com o *ranking Doing Business* do Banco Mundial que enquadra Angola no lugar nº 175 num universo de 190 países.

- **PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional**

Elaborado pelo Ministério da Economia e Desenvolvimento, datado de abril de 2018, o presente documento está integrado na estratégia de longo prazo (ELP) - Angola 2025.

Refere-se ao quadro macroeconómico de 2018 a 2022, marcado pela correção dos desequilíbrios macroeconómicos motivados pela crise financeira económica e cambial, derivada da queda do preço do petróleo no mercado internacional, através do enquadramento para recuperar a confiança, que é condição necessária para que a economia angolana retome a trajetória de crescimento, passando pela diversificação, salvaguardado a sustentação das contas públicas e externas.

As projeções apontam para que no período entre 2018-2022 a economia angolana cresça a uma taxa média de 3% em termos reais, com uma aceleração do sector não petrolífero e a estabilização do sector petrolífero, neste cenário os principais motores de crescimento (em

taxas médias) são agricultura 8,9%, pescas 4,8%, indústria transformadora 5,9%, construção 3,8%, serviços, incluindo turismo 5,9%.

A progressiva recuperação do crescimento, deverá ser o reflexo da aceleração gradual de diversas componentes, destacando-se o investimento privado (poderá rondar em média 20,7% do PIB), na manutenção de um saldo externo de bens e serviços bastante positivo, diminuição da despesa pública e aumento da receita pública em termos reais, resultado da contenção orçamental e da implementação da reforma tributária.

- O PDN contempla seis eixos estratégicos fundamentais:
- Desenvolvimento humano e bem-estar social;
- Desenvolvimento económico inclusivo;
- Infraestruturas;
- Consolidação da paz, reforço do Estado democrático e de direito, boa governação, reforma do Estado e descentralização;
- Desenvolvimento harmonioso do território (a nível de todas das províncias)
- Garantia da estabilidade e integridade territorial e reforço do seu papel no contexto internacional e regional;

O PDN constitui assim uma referência para o envolvimento dos parceiros de desenvolvimento de Angola, através da sua contribuição para o financiamento de projetos e atividades inseridas nos vários programas de ação.

Dentro do PDN estão também previstas medidas que irão permitir que Angola suba posições no ranking *Doing Business*.

• **Fundo Soberano**

Criado em 2012, no valor de 5 mil milhões de USD, com o objetivo de promover o desenvolvimento social e económico de Angola, através de um portfólio de investimentos dentro e fora do país, que tragam benefícios para o povo e para a economia.

Todos os Fundos Soberanos criados regem-se pelos princípios de Santiago (GAPP – *Generally Accepted Principles and Practices*), sendo que em termos de valor investido, Angola ocupa a posição 53 na lista dos 100 maiores Fundos soberanos.

O Fundo Soberano de Angola encontra-se em fase de reestruturação pelo atual governo por forma a reconduzir os seus objetivos no sentido do desenvolvimento social do país, gerando bem-estar para a população e em alinhamento com os objetivos de diversificação, promovendo para o efeito um portfólio de investimentos nas várias áreas da economia.

O Decreto Presidencial 212/19, de 15 de Julho que fixa regras para a gestão do Fundo soberano para o período de 2019-2023, nomeadamente:

- Mínimo de 20% até 50% do capital é investido em cativos de renda fixa emitidos por agências ou instituições supranacionais do G7 ou de outras economias, empresas, instituições financeiras com classificação de grau de investimento emitidas por cinco entidades de notação de risco.
- Máximo de 50% do capital é alocado em ativos de renda variável, incluindo ações cotadas em bolsas de valores em economias avançadas, ativos e mercados emergentes, bem como em mercados e economias de fronteira;
- Máximo 50% de capital destinado a investimentos alternativos.

Por outro lado, devido ao fato de a fonte principal de financiamento ser o setor petrolífero os investimentos correlacionados com o setor não devem exceder 5% dos donativos afetos ao fundo.

Conclusão

De acordo com a investigação realizada, constata-se que a economia angolana é pouco diversificada devido a:

- Dependência excessiva do petróleo e concentração das exportações neste produto;
- Há uma vulnerabilidade da economia, reagindo negativamente à tendência de baixa do preço do petróleo, com a redução das receitas em moeda externa e nacional (por via de impostos), influenciando negativamente as variáveis económicas determinantes para a manutenção do equilíbrio.

Os principais fatores que explicam a baixa diversificação são:

- A forte dependência de um único recurso (petróleo);
- Ineficiência do setor bancário no que diz respeito à concessão de crédito à economia, com taxas de juro pouco atrativas;
- Quadro macroeconómico pouco favorável à estimulação da economia e à diversificação;
- Ambiente pouco favorável à atração de investimento estrangeiro e realização de negócios;
- Inexistência de um quadro de estabilidade política e confiança nas instituições do Estado;
- Infraestruturas pouco adequadas;
- Fraca qualificação do capital humano;
- Ausência de inovação tecnológica.

Não obstante os constrangimentos à diversificação apontados, está em curso um leque de políticas, incluídas no PRODESI e PDN (planos descritos no Capítulo III), tendo em vista a diversificação da economia angolana, através da promoção de um melhor ambiente de negócios e melhores praticas governativas, visando a melhoria das condições de vida da população.

Estes planos favorecem igualmente as parcerias publico privadas de forma a intensificar o processo de crescimento diversificado da economia angolana, levando á consolidação das contas públicas com a intervenção estratégica do Estado.

A implementação rigorosa destes Planos e a sua monitorização permanente será condição imprescindível para a obtenção dos resultados desejados.

No que diz respeito à pobreza o grande desafio será desenvolver uma vasta e efetiva rede de apoio social que mitigue os impactos negativos das reformas em curso (exemplo: devido aumento da carga tributária, como é o caso da implementação do IVA), cuja falha aumentaria os custos, os riscos e a oposição às medidas preconizadas.

Secção 1 – Limitações e Implicações da Dissertação

Uma vez que a diversificação em Angola é um tema bastante atual, cujos Planos subjacentes encontram-se neste momento em fase inicial de implementação, o momento em que encerro o presente trabalho não permite um apuramento efetivo dos seus resultados. A título de exemplo, o Banco Mundial no seu relatório para a pobreza e partilha da prosperidade de 2018 aponta que o plano de reformas em curso só irá produzir efeitos a nível de emprego e redução da pobreza no médio/longo prazo, por se tratar de um processo que requer tempo.

Em termos de implicações para a realidade, esta dissertação faz a sistematização e análise de dados sobre a economia angolana, prestando contribuições para a melhoria de um quadro económico que se quer desenvolvido e inclusivo, logo trata aspetos que considero importantes para o sucesso do processo em curso.

Secção 2 – Sugestões para Pesquisas Futuras

No que diz respeito à novas perguntas de investigação, ocorrem quatro que poderiam ser estudadas futuramente:

- Qual o real impacto da diversificação em Angola, no que diz respeito ao crescimento inclusivo e à dinamização dos vários setores da economia, como agricultura, pescas, florestas, indústria, turismo e serviços?
- Qual o contributo da política orçamental para diversificação da economia, tendo em conta a realização dos investimentos públicos necessários?
- Que relação poderá ser estabelecida entre a inovação tecnológica, capacitação dos recursos humanos e o aumento da produtividade?
- Qual a contribuição possível para a diversificação da economia, de uma aposta no desenvolvimento das capacidades cognitivas versus educação tradicional, com o objetivo de promover uma nova forma de organização do trabalho?

FONTES: (Bibliografia, Legislação, outros Documentos)

Legislação

- Decreto presidencial nº 212/19, de 15 de julho, Regras para a Gestão do Fundo Soberano no período de 2019-2023
- Nova Lei do Investimento Privado (Lei n.º 10/18, de 26 de junho)
- Lei de Repatriamento de Recursos Financeiros (Lei n.º 9/18, de 26 de junho)
- A alteração da Lei da Contratação Pública (Lei n.º 9/16, de 16 de junho)
- Nova Lei da concorrência (Lei n.º 5/18, de 10 de maio)
- Lei de Probidade Pública (Lei n.º 3/10, 29 de março)

Documentos Institucionais

Discurso do Presidente da República de Angola (João Lourenço) – Estado da Nação, 15 de outubro de 2018;

Department of Economic and Social Affairs Statistics Division (United Nations, 2008), International Standard Industrial Classification of All Economic Activities;

Ministério da Economia e Desenvolvimento de Angola, abril de 2018, Plano de Desenvolvimento Nacional (PND);

Ranking produtores de petróleo 2018 (Online). Disponível em:

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2241rank.html>

Relatório do Banco Mundial para a pobreza e partilha da prosperidade, 2018.

Disponível em: www.worldbank.org

Relatório do Conselho de Administração do FMI - Conclusão da consulta de 2018 com Angola ao Abrigo do Artigo IV, 21 de maio de 2018;

Relatório Económico de Angola, 2017 – Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola;

Relatório do FMI referente à Angola, nº 187/156, de 21 de maio de 2018;

Relatório do FMI – Departamento de África, sobre o Ajustamento Orçamental e Diversificação Económica - Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana de 30 de outubro de 2017;

Relatório Doing Business 2017 (Online)

Disponível em: www.https://portuguesdoingbusiness.org

Soverane Welth Fund (CWFI) – www.swfiinstitute.org

Bibliografia

Livros, Trabalhos académicos e outros Textos

Cerqueira, José (2016), *Nova Economia Angolana*, Luanda, Editora Kilombelombe

Cole, *et al* (2015), “Did Nigeria and Angola manage their oil windfalls well between 1970 and 2000: What lessons can be learned for new oil producers?” *International Journal of Economic Policy in Emerging Economies* 8:pp.1-19.

Ennes, *et al* (2018), “The Political Economy of Banking in Angola”, Oxford University Press on behalf of Royal African Society.

Lagoa, *et al* (2015), “Conhecimento, Inovação e Tecnologia Através das Fronteiras” – Trabalho baseado nas capacidades cognitiva e performance económica na Europa.

Rocha, Alves (2018), “Descentralização e Diversificação da Economia”, (Online).

Disponível em: <http://www.expansão.co.ao>

Rocha, *et al* (2016), *Estudos Sobre a Diversificação da Economia em Angola*, Luanda, Editora da Pontifícia Universidade Católica e Angola.

Rosado, Carlos (2018) “A Sonangol Face aos Desafios da Diversificação e as Exigências de Transparência”, (Online).

Disponível em: <http://www.expansão.co.ao>

Vidal, *et al* (2011) *Economia Política e Desenvolvimento em Angola*, Luanda, Centro de Estudos da Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola.

Vunje, Fernando (2015), *Desenvolvimento e Sector Externo*, Angola, Edições Colibri.